

Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - TEC
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

BC ainda não se adaptou à lei que protege dados 3

JOVEM PAN ONLINE - NOTÍCIAS
ANFIP

Sem previsão de mudanças, Receita apresenta nesta quarta regras do IR 2021 5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

PEC exclui da meta fiscal R\$ 30 bi em despesas com auxílio emergencial 6

O GLOBO - RJ - PAÍS
SEGURIDADE SOCIAL

Orçamento: setores criticam proposta de Lira 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Cresce a concessão de benefício do INSS por via judicial, aponta Fipe 10

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência complementar pode bater R\$ 271 bi 12

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
SEGURIDADE SOCIAL

Não podemos deixar Bolsonaro sozinho na pista , diz Haddad em entrevista 13

AGÊNCIA BRASIL - DF - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Agência Brasil explica: como agir após ter dados pessoais vazados 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Auxílio surtirá efeito modesto na economia 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SERVIDOR PÚBLICO

Categorias pedem vacinação 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

O caminho do auxílio (3) 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Time de Guedes tenta manter novo auxílio emergencial em até R\$ 300 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo atual se alimenta do combate a inimigos imaginários 29

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com uso intenso do plenário virtual, STF faz "reforma tributária" silenciosa 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributação sobre serviços na produção mobiliza a indústria 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Negar as conquistas e disfarçar as deficiências (2) 36

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro pressiona por redução na luz com R\$ 70 bi de fundo e tributos 37

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Medidas duras para superar o maior desafio desta geração (2) 39

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Bolsonarismo radical não se importa com a pauta do País" 41

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Silêncio presidencial dá aval para ação de grupos bolsonaristas 43

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Não é hora de aumentar imposto de itens que estão na mesa de todos" 45

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Que país é este? - FERNANDO GABEIRA 46

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro assinará decreto que obriga posto a detalhar preço de combustível 47

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Custo Bolsonaro aumenta ainda mais - SERGIO LAMUCCI 48

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro amplia incertezas ao mudar comando da Petrobras (3) 50

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Por que os economistas insistem no erro (2) 52

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Onyx terá de pagar R\$ 189 mil por caixa dois da JBS 54

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
ECONOMIA

Na pandemia, MEC registra o menor gasto para educação básica da década 55

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Auxílio testa sensatez do Congresso (3) 58

BC ainda não se adaptou à lei que protege dados

Larissa Garcia

ALGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) entrou em vigor em setembro, mas relatório do Banco Central aponta que a autarquia ainda não adaptou totalmente seus processos às novas regras.

Isso significa que, caso essas falhas não sejam corrigidas, aumentam as chances de vazamentos de informações pessoais e bancárias. Segundo documento do BC, 35% das práticas determinadas pela lei que ainda não foram adotadas poderiam gerar impactos altos ou muito altos à autoridade monetária.

Esses efeitos seriam considerados graves, pois podem ter implicações jurídicas ou grandes perdas financeiras. No relatório, no entanto, o BC não detalha quantas falhas foram identificadas ou em quais áreas.

"Apesar do elevado grau de maturidade da gestão de riscos do BC, não se pode garantir a eliminação total dos riscos que, em caso de materialização, causariam impacto à privacidade dos dados pessoais existentes na instituição", diz o estudo.

O BC tem bases de dados sensíveis -inclusive financeiros de brasileiros. Uma das maiores recebe diariamente dados cadastrais de pessoas físicas da **Receita Federal**, com cerca de 254 milhões de registros. Por dia, são computadas entre 30 mil e 50 mil informações.

O documento, também de setembro, usou três escalas para a avaliação das medidas a serem tomadas e das fragilidades identificadas: o nível de impacto das falhas, o quanto são críticas e a urgência na implementação de medidas de correção.

O levantamento considera que 4% das ações para adequação à nova legislação são críticas. Na escala de urgência, 10% têm classificação alta e média, ou seja, precisam ser corrigidos imediatamente. Segundo o levantamento, os principais motivos para a não implementação das regras pelo BC são organização interna, tecnologia da informação e gerenciamento.

" Verifica-se que grande parte das avaliações (90%) foi aferida com grau de urgência para ação média ou baixa, ou seja, na percepção das unidades, os controles implantados são considerados adequados

para garantir o razoável cumprimento da LGPD", pontua o texto.

O relatório, feito a pedido da ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), ressalta que o Pix, sistema de pagamentos instantâneos lançado em novembro, aumenta ainda mais a base de dados pessoais do BC, porque, além das informações bancárias, o cadastro das chaves pode ser feito com celular, CPF ou email.

O texto aponta que qualquer pessoa física ou jurídica, cliente ou usuária de serviços financeiros e bancários, pode ser afetada por falhas no tratamento de dados no BC.

A autoridade monetária argumenta que, mesmo antes da LGPD, já tinha precaução com as informações "tendo em vista não somente a importância desses dados para a economia e o sistema financeiro do país, mas também a natureza sigilosa de boa parte deles". Dados bancários, por exemplo, só podem ser quebrados judicialmente.

Luiz Felipe Canto Barros, especialista em LGPD e sócio da consultoria Russell Bedford, ressalta que o BC sempre teve procedimentos consolidados.

"Essas ações são ligadas à governança e antes da lei já existiam resoluções e políticas de proteção aos dados na autoridade monetária e nas instituições financeiras", diz.

Para Barros, o nível de adaptação do BC está adequado. "É muito difícil um órgão que implementou 100% da nova legislação, mas acho que temos de caminhar para isso."

As punições por meio da LGPD começarão a ser aplicadas em agosto deste ano, mas ainda não ficou claro como órgãos públicos serão penalizados.

"Um grupo de especialistas acredita que os órgãos poderão ser punidos com advertências, mas sem multa, outro que poderá ter inclusive multa e o último que não haverá penalidade alguma", afirma o especialista. "Provavelmente o governo terá de soltar uma nota técnica para explicar melhor esses casos".

Há um ano o BC faz análises em todos os seus

departamentos para medir o nível de adequação da manipulação dos dados às novas regras. O relatório diz que foram feitas, até setembro, 109 avaliações.

Os riscos envolvidos a quem tem informações nessas bases de dados podem ser, entre outros, financeiros, organizacionais ou de reputação.

O relatório elenca possíveis fragilidades em seus sistemas que poderiam resultar em vazamentos, como modificação, exclusão e acesso não autorizados, perda e apropriação de informações ou compartilhamento sem a ciência do titular.

O BC aponta também o vazamento intencional, feito por servidores ou outros funcionários, e quebra de sigilo bancário como riscos.

"Normalmente os procedimentos que envolvem humanos são mais difíceis de controlar, tanto é que o BC pontua vazamento intencional de dados no relatório. Os programas normalmente são muito seguros", afirma Barros.

Foram planejadas 63 ações para adequar os procedimentos à nova legislação. Dessas, 11% são de falhas críticas que, segundo o BC, têm "ações de tratamento em implantação".

Em nota, o BC afirma que se preocupa em "avaliar continuamente a aderência de seus processos à LGPD". A autarquia diz que houve avanços desde a publicação do relatório e que as ações de conformidade à LGPD estão dentro dos prazos estabelecidos.

A autoridade monetária afirma adotar medidas para prevenir e evitar vazamentos de dados, "com o aperfeiçoamento constante de práticas e ferramentas, além de campanhas de conscientização para os usuários."

O BC destaca ainda que há um "plano de ações de conformidade" em elaboração. "O esforço e o cuidado nesse processo demonstram o comprometimento da instituição em avaliar e garantir a aderência dos seus processos à LGPD."

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Sem previsão de mudanças, Receita apresenta nesta quarta regras do IR 2021

Jovem Pan

A **Receita Federal** apresenta nesta quarta-feira as regras da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física. Em janeiro, o presidente Jair Bolsonaro reforçou a promessa de elevar para R\$ 3 mil o limite de isenção, atualmente em R\$ 1.903 mensais. No entanto, a tabela de deduções não traz mudanças desde 2015. A **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** aponta que o novo limite beneficiaria 4,3 milhões de contribuintes. O presidente da Unafisco, Mauro Silva, explica da onde poderia haver espaço fiscal para o novo teto. "O Brasil anualmente, só em termos federais, concede R\$ 457 bilhões de gastos tributários, isenções. Esses R\$ 457 bilhões, pelo menos R\$\$ 315 bilhões são o que chamamos de privilégios tributários, são benefícios que não retornam, não trazem retornos para a sociedade.

Com um impacto de R\$ 74 bilhões, dificilmente haverá mudanças no Imposto de Renda, especialmente em um momento que o governo busca saídas para a prorrogação do auxílio emergencial e também zero **impostos** nos combustíveis para frear o preço do diesel. Nas redes sociais, o presidente Bolsonaro afirmou tentar, pelo menos para 2022, elevar o teto, chegando a R\$ 5 mil até o final do mandato, mas não deve conseguir em razão da pandemia. Segundo a Unafisco, a tabela de Imposto de Renda está defasada desde 1996 e acumula perda de 104% sobre a **inflação**.

*Com informações do repórter Marcelo Mattos

Site: <https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/sem-previsao-de-mudancas-receita-apresenta-nesta-quarta-regras-do-ir-2021.html>

PEC exclui da meta fiscal R\$ 30 bi em despesas com auxílio emergencial

A minuta do parecer da PEC Emergencial, apresentada pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC) à cúpula do Congresso e obtida pelo Valor, abandona quase todas as medidas imediatas de corte de gastos discutidas até o fim do ano passado, propõe congelar os rendimentos do funcionalismo e o salário mínimo por dois anos e cria um regime especial de calamidade pública para pagar o auxílio emergencial fora do teto de gastos, da regra de ouro e da meta fiscal deste ano.

Segundo o texto, que ainda pode sofrer alterações até ser colocado em votação na quinta-feira no Senado, o gasto com o pagamento do auxílio pode chegar a até R\$ 30 bilhões sem ser considerado na meta de déficit primário deste ano-um rombo já previsto em R\$ 250,9 bilhões para todo setor público. Na minuta, isso é classificado como um pagamento "residual" para "enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia de covid-19".

A intenção dos políticos é que o governo edite uma medida provisória (MP) após a votação da proposta de emenda constitucional (PEC) pelo Senado para realizar os pagamentos de março a junho, sem esperar pela análise da Câmara - que ainda deve levar mais dois a três meses para votá-la. O martelo não foi batido sobre o valor e o público-alvo.

O governo e Bittar desistiram do corte imediato de despesas que abriria espaço para que o auxílio emergencial fosse pago dentro do teto de gastos. Até então, discutia-se cancelar o pagamento do abono salarial, cortar os salários dos **servidores públicos** em 25% (com redução de jornada), diminuir cargos em comissão, reduzir benefícios fiscais e congelar o aumento de aposentadorias. Bittar se reuniu ontem com o presidente Jair Bolsonaro. Procurado, não quis comentar o assunto.

No relatório que circula nos bastidores desde sexta-feira, a principal economia virá do congelamento de salários, contratações e progressão na carreira dos **servidores públicos** pelos dois anos seguintes ao estado de calamidade pública que deverá ser pedido após a aprovação da PEC.

O congelamento de salários já está valendo este ano, como contrapartida a um socorro financeiro do governo federal aos Estados e municípios para

compensar a queda de arrecadação que ocorria em 2019. A medida, portanto, valeria por mais dois anos. O texto obtido pelo Valor não estima qual o montante economizado. Quem já teve aumento de salário aprovado, como os militares, não terá suspensão.

Outras medidas para conter o crescimento dos gastos serão suspender o aumento das verbas do Fundeb (aprovadas pelo Congresso no ano passado, apesar da contrariedade do ministro da Economia, Paulo Guedes) até 2024 e congelar, em valores nominais, as emendas parlamentares e os fundos regionais.

Ainda foi incluído dispositivo para liberar o governo federal de conceder reajuste obrigatório do salário mínimo, seguro-desemprego, salário-família, auxílio-reclusão e aposentadoria dos **servidores públicos**. Esses aumentos ainda poderiam ocorrer, mas não seriam mais obrigatórios. A economia dependeria do que de fato será congelado.

Por fim, o corte imediato de incentivos tributários se tornou um plano de mais longo prazo. Bolsonaro terá que encaminhar em seis meses a partir da promulgação da PEC um projeto ao Congresso para detalhar os cortes, que deverão ser de 10% no primeiro ano e reduzir o custo desses benefícios de 4,2% do **PIB** hoje para 2% até 2029.

Para viabilizar o auxílio sem o corte imediato de gastos, a PEC cria o "Conselho Fiscal da República", composto pelo presidente, os chefes da Câmara, do Senado, do Supremo Tribunal Federal e Tribunal de Contas da União (TCU), além de um governador e um prefeito, para monitorar as contas públicas da federação. O ministro da Economia atuará como secretário-executivo e haverá um órgão técnico, composto por 14 membros dos três Poderes e dos tribunais de contas, para assessoramento.

A principal função desse novo conselho será atestar, por unanimidade entre os representantes federais, o estado de calamidade pública e recomendar ao Congresso sua decretação. Hoje o pedido é feito sozinho pelo presidente da República, mas a mudança passa esse poder para o conselho. A contrapartida à perda de poder é que a decisão de pedir uma nova calamidade pública por causa da pandemia da covid-19 seria compartilhada com os outros Poderes e o TCU - a quem cabe fiscalizar os gastos decorrentes

dessa medida.

Esse estado de "calamidade pública nacional" permitirá replicar o "Orçamento de Guerra" que vigorou no ano passado e permitiu o pagamento do auxílio emergencial até dezembro e de outros programas governamentais, como a liberação de crédito subsidiado para as empresas. A equipe econômica prometia não reeditar essas iniciativas este ano.

Com a reedição, contudo, as medidas adotadas pelo Legislativo e Executivo para combater a calamidade e seus efeitos "sociais e econômicos" não precisam cumprir regras fiscais como o teto de gastos (que proíbe o crescimento das despesas do governo acima da **inflação**) e a regra de ouro da economia (que veta contrair dívida para pagar despesas correntes, como salários).

Esse regime também permitirá que o governo adote "procedimento simplificado" para contratação de pessoal, obras e compras e que empresas inadimplentes com o **INSS** burlem a vedação a serem contratadas pelo poder público ou receberem benefícios fiscais. A União ficará livre de qualquer amarra para pegar empréstimos.

A PEC também regulamenta "gatilhos" que serão ativados sempre que as despesas correntes superarem em 95% as receitas correntes num período de 12 meses. A ativação aos 85% é opcional e dependerá do aval do Legislativo. A métrica valerá para União, Estados e municípios, e atingirá Executivo, Legislativo e Judiciário.

Enquanto o indicador estiver "estourado", ficará proibido aumento ou reajuste salarial para os servidores (exceto o aprovado antes da entrada em vigor desse regime), criação de cargo, concurso público ou contratação (exceto se for reposição), criação de despesa obrigatória, adoção de medida que aumente despesa obrigatória acima da **inflação**, ampliação de subsídios, subvenções e incentivos tributários.

A minuta incorporou a PEC do Pacto Federativo e propõe desvincular fundos públicos setoriais. São preservados os ligados a energia, petróleo, a divisão de receitas tributárias e garantias de empréstimos. O texto acaba com a destinação de 28% da arrecadação do PIS e Pasep para o BNDES, já tentada pelo governo durante a reforma da **Previdência Social** em 2019.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186699

Orçamento: setores criticam proposta de Lira

CLEIDE CARVALHO EMARLEN COUTO
opais@oglobo.com.br SÃO PAULO E RIO

Gestores públicos e especialistas de áreas como a Saúde e a Educação discordaram da proposta do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), de promover a desvinculação do Orçamento, ou seja, derrubar a obrigatoriedade de destinação de percentuais mínimos para cada área. Atualmente, a Constituição determina que os estados devem destinar 12% de seus recursos para a saúde e 25% para a educação, enquanto, no Orçamento federal, os índices são de 15% e 18%, respectivamente.

Integrantes do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho de Secretarias Municipais da área afirmaram **temer** uma eventual redução de recursos para a área. A presidente do Todos pela Educação, Priscila Cruz, diz que a mudança poderia "desmanchar a lógica" do Fundeb, que reorganizou a distribuição de recursos na área.

Lira apresentou a ideia em entrevista ao GLOBO, publicada na edição de ontem. O deputado argumenta que o engessamento do Orçamento reduz o poder do Legislativo na definição sobre aplicação dos recursos públicos. O ministro da Economia, Paulo Guedes, é favorável à tese de Lira. Para passar a valer, a mudança exigiria mudar trechos da Constituição, mediante a aprovação no Congresso de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC).

- O Congresso hoje é um carimbador do Orçamento. O Orçamento vem todo pré-fixado, com 96% de despesas carimbadas. Defendo a desvinculação total do Orçamento. Hoje governadores e prefeitos são obrigados a gastar dinheiro, jogando dinheiro fora, para cumprir o mínimo constitucional. Na Saúde tem recursos demais. O problema da Saúde é gestão - argumentou, acrescentando que a desvinculação permitirá manejo dos recursos para áreas prioritárias em cada momento. - Quando você desvincula, se no momento o Acre precisa de ajuda para enchentes, manda dinheiro para a Defesa Civil. O problema é a pandemia? Manda para a Saúde.

DESFINANCIAMENTO

A economista e sanitária Erika Aragão, presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde (Abres) e integrante do Conselho Nacional de Saúde, concorda que o SUS tem problema de gestão, mas ressalta que até para melhorar a gestão é preciso

investir em informatização e mão de obra qualificada, por exemplo.

- Seria o desfinanciamento do SUS num momento em que a população está envelhecendo e precisará de mais atendimento de saúde. Todas as recomendações de organismos internacionais é que haja maior presença dos governos em áreas de **seguridade social**, como saúde, educação e programas de renda mínima-avalia.

Para Mauro Junqueira, secretário executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), a desvinculação preocupa os municípios. Ele lembra que os prefeitos devem aplicar 15% do orçamento em saúde, mas, em média, o percentual já alcança 24,5%. Apesar disso, ele anota que o gasto do Brasil com saúde, por habitante, é de R\$ 3,70 por dia, é considerado muito baixo.

- É sobre os prefeitos que recai a maior pressão por atendimento de saúde e educação. Os recursos estão estagnados há 10 anos. Muitas vezes são empenhados, mas não são transferidos para os municípios -afirma.

Junqueira diz que 50% do orçamento dos municípios está comprometido com saúde e educação e que a desvinculação obrigará as prefeituras a recorrer cada vez mais a parlamentares em busca de verbas por emendas.

- Emenda não é recurso novo. São do orçamento da saúde, com alocação indicada por bancadas e parlamentares. Essa alocação nem sempre atende a necessidade dos municípios. Muitas vezes equipamentos e serviços são levados para regiões que têm menos necessidade. A desvinculação seria muito ruim.

Professora da UFRJ, a médica sanitária Ligia Bahia classificou como "insensível" a declaração de Lira de que na

Saúde "há recursos demais".

-E incorreta porque o Brasil gasta menos com saúde do que países como Argentina e Uruguai. A sentença significa literalmente menos recursos para a saúde, área hoje prioritária no mundo inteiro.

Presidente-executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz concorda que a gestão precisa ser melhorada,

mas alerta que é preciso proteger os recursos da educação.

-Não há dicotomia entre garantia de recursos e boa gestão. No novo Fundeb, fizemos um debate para que os recursos da educação fossem mais bem distribuídos. Além disso, a União passará a investir mais na educação básica. Mas, se não houver vinculação, não existe cálculo para o Fundeb, porque não tem como saber o investimento potencial de um município e de um estado, nem estimar quanto tem que ter de repasse de um ente da federação que tem mais recursos para outro que tem menos. A falta de vinculação desmancha a lógica do Fundeb -analisa Priscila Cruz.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Cresce a concessão de benefício do INSS por via judicial, aponta Fipe

Edna Simão De Brasília

Nos últimos anos, a quantidade de benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**) concedidos judicialmente apresentou expressivo aumento. Em 2004, para cada 50 benefícios concedidos, apenas um era liberado judicialmente. Já em 2020 (acumulado de janeiro a outubro), para cada oito concedidos, um era por decisão judicial. A judicialização está concentrada em benefícios como auxílio-doença; aposentadoria por idade, por invalidez e especial.

Essas informações constam de artigo, publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), dos economistas Rogério Nagamine Costanzi e Alexandre Zioli Fernandes que trata da evolução da concessão de benefícios do **INSS** por meio de decisão judicial. O estudo foi feito com base nos dados do Sistema Único de Informações de Benefícios (Suibe) do **INSS**.

Em 2020, a excessiva judicialização dos benefícios pagos pelo **INSS** voltou ao radar do governo. O tema chegou a ser discutido entre técnicos da área econômica com a Controladoria-Geral da União (CGU). Na ocasião, foi informado que o gasto do governo com pagamento de benefício com despacho judicial foi de R\$ 92 bilhões em 2017. Segundo fonte da área econômica, em 2020, essa despesa deve ter atingido R\$ 100 bilhões.

De acordo com o artigo, de 2004 a 2020 (janeiro a outubro de 2020), a concessão de benefícios por decisão judicial sobre o total de concedidos passou de 2,1% para 13%. Em termos absolutos, houve o registro de cerca de 85 mil concessões judiciais, em 2004, que se elevaram para cerca de 552 mil no ano de 2019 e chegou a 540.446 no acumulado de janeiro a outubro de 2020. De junho de 2003 a outubro de 2020 foram concedidos cerca de 6,5 milhões de benefícios por decisões judiciais no **INSS**, que representou cerca de 8% do total. Esses dados não contemplam concessões administrativas baseadas em ação civil pública.

No caso do auxílio-doença previdenciário, do total 35,1 milhões desse tipo de benefício concedido de junho de 2003 a outubro de 2020, cerca de 1,2 milhão foram liberados com despacho judicial, o que resulta em um índice de concessão judicial da ordem de 3,5% (abaixo

da média de 8%). "Entretanto, apesar de ser abaixo da média, como representa mais de 40% das concessões totais, essa espécie acaba respondendo por quase uma em cada cinco concessões judiciais (19,1% do total no período de junho de 2003 a outubro de 2020)", explica o estudo.

O levantamento mostra ainda que o índice de concessão judicial na aposentadoria por idade foi de 15,5%, quase o dobro da média do **INSS** como um todo (8%). "Embora seja necessário aprofundar essa análise, possivelmente, tal fato reflete, entre outros fatores, a maior complexidade de comprovação da atividade rural, assim como comprovação de vínculos empregatícios mais antigos cujos períodos são necessários para completude do período de carência. Do total de 1,6 milhão de concessões judiciais, cerca de 177 mil eram urbanas e 1,4 milhão eram rurais (89% do total)", aponta o artigo.

O terceiro benefício com elevado volume judicial foi a aposentadoria por invalidez previdenciária, com 976 mil benefícios, o que correspondeu a 15% do total no período de junho de 2003 a outubro de 2020. O índice de concessão judicial dessa espécie foi de 28,7%. "Claramente, os benefícios que exigem perícia médica, e não se resumem a meramente contagens de tempo de contribuição e idade, representam parcela importante das concessões judiciais", informa o estudo. Em relação às espécies com maior percentual de judicialização, a aposentadoria especial (75%) e auxílio-acidente (68%) são benefícios que têm concessão mais complexa pela comprovação de exposição a agentes nocivos e de seqüela decorrente de acidente.

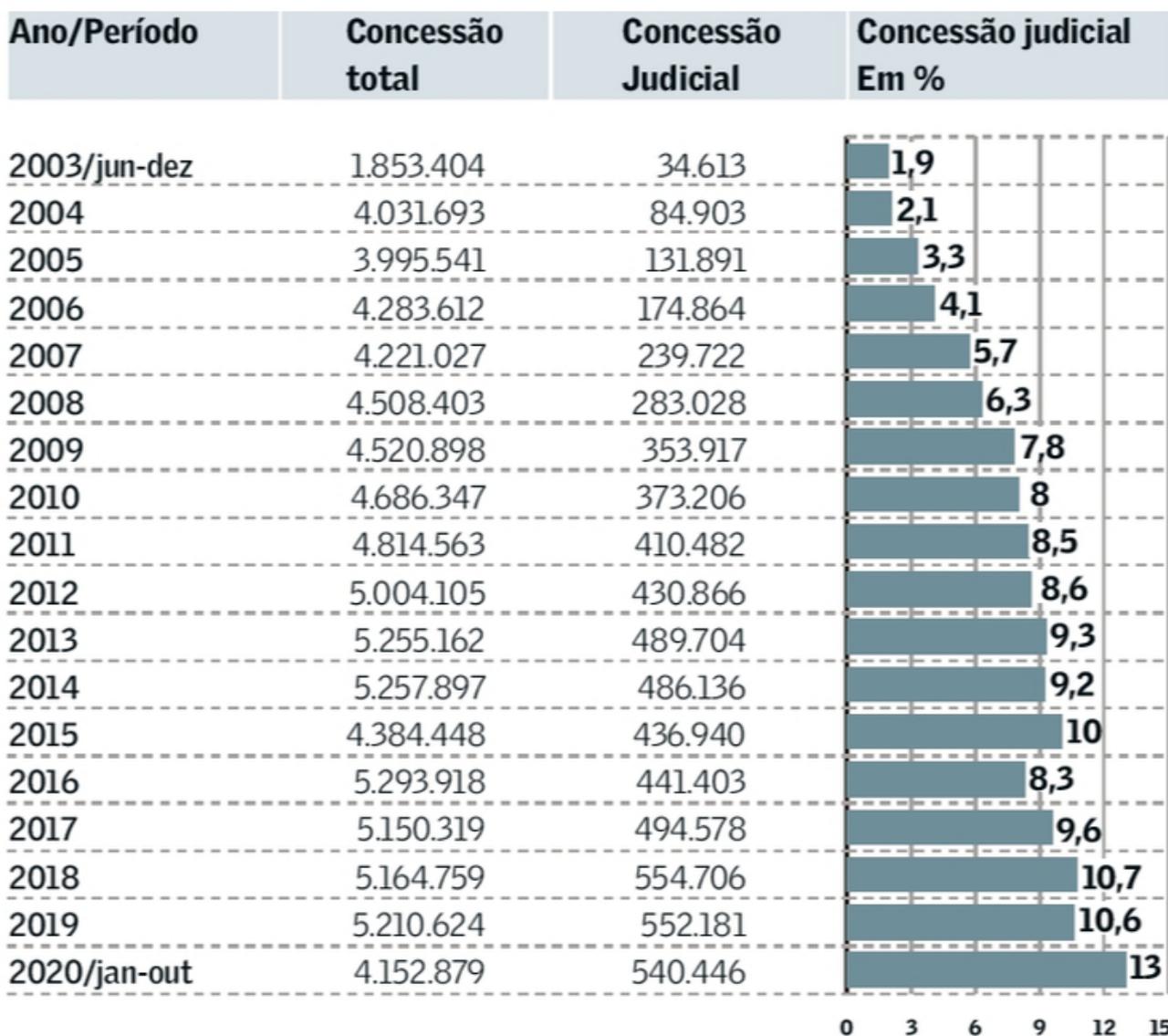
Para o especialista em Previdência Luis Eduardo Afonso, professor associado da Faculdade de Economia e Administração da USP, o elevado patamar de benefícios liberados por meio de decisão judicial pode refletir imprecisão de regras que abrem margem para questionamentos. "É um mal sinal que implica em aumento do custo para os segurados e para o governo, além de provocar demora na concessão do benefício", disse o economista.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186699

Aumento gradual

Evolução dos benefícios do INSS concedidos por via judicial



Fonte: Ministério da Economia - dados foram extraídos do SUIBE/Dataprev

Previdência complementar pode bater R\$ 271 bi

Fabio Graner

Os planos de **previdência complementar** do setor público (União, Estados e municípios) devem acumular R\$ 271 bilhões em recursos até 2050. As estimativas antecipadas ao Valor foram feitas pelo economista Arnaldo Lima, que foi assessor econômico no governo **Temer** e é diretor de estratégias públicas na MAG Seguros.

Até 2030, ele estima que o capital acumulado nos fundos criados pela União e pelos Estados e municípios deve chegar a R\$ 34 bilhões. Esse estoque vai ganhando corpo ao longo dos anos e já vai ter superado a marca de R\$ 100 bilhões antes de encerrar a próxima década.

Os fundos de **previdência complementar** do setor público começaram a ganhar forma a partir de 2013, depois da regulamentação do Funpresp (o fundo federal de previdência para os novos servidores) feita no ano anterior, no governo Dilma Rousseff. Essa regulamentação era determinação da reforma da Previdência de 2003.

Em seus primeiros anos, o processo de capitalização tem sido lento. Até 2015, o estoque de dinheiro era inferior a R\$ 1 bilhão (com apenas 26,78 mil participantes), segundo os dados da Secretaria de **Previdência Complementar** levantados por Lima. Em 2019, o número de participantes já encostava em 140 mil e o estoque de capital chegava a R\$ 5,1 bilhões. Não há números oficiais para o ano passado, mas o economista estimou em R\$ 7 bilhões, para um total de 180,5 mil participantes.

Para fazer o cálculo para os próximos 30 anos, Lima diz que foi conservador. Aplicou a taxa Selic atual, de 2% e sabidamente abaixo do seu equilíbrio, como fator de correção. Também não considerou a possibilidade de fundos para policiais militares e nem eventuais adesões de trabalhadores não efetivos do setor público, como os contratados por meio de CLT ou em cargos de comissão, que podem elevar o montante de contribuições. Além disso, considerou uma taxa de reposição de funcionários aposentados de 75%, como se houvesse uma reforma administrativa realizada e salários reais constantes ao longo do tempo.

Na visão de Lima, esses fundos de previdência serão

uma importante força de investimento para o país nos próximos anos, principalmente na área de infraestrutura. Ele destaca que o valor projetado até 2050 é de duas vezes e meia o estoque do FGTS em 2019, de R\$ 112 bilhões, que tem sido decisivo no financiamento da habitação e do saneamento básico.

"Com o tempo, a **previdência complementar** do setor público pode ser um grande 'driver' [direcionador] de investimentos", disse. "Vai ser mais importante que o FGTS, com certeza", acrescentou. Ele lembrou que o investimento público em infraestrutura está caindo e a previdência pode acabar sendo uma fonte de recursos que compense essa fragilidade. Segundo ele, é importante garantir boa governança para evitar problemas na gestão desses ativos.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Não podemos deixar Bolsonaro sozinho na pista , diz Haddad em entrevista

Liberado pelo ex-presidente Lula para desfilas como pré-candidato do PT à presidência da República, o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad, que representou o Partido dos Trabalhadores na última eleição presidencial, dá a largada à sua pré-campanha acusando o empresariado brasileiro de ter contratado o caos em 2018 ao apoiar Jair Bolsonaro em troca de dinheiro miúdo e alguns por dinheiro graúdo , referindo-se à expectativa de privatização da Eletrobras e da Petrobras, que faziam parte dos planos de Paulo Guedes.

Nesta entrevista ao Correio, ele anuncia que o partido não vai esperar 2022 para pressionar pela vacinação, pela volta do auxílio emergencial e pela geração de empregos, áreas em que avalia que o governo fracassou. Não podemos deixar Bolsonaro sozinho na pista , afirma Haddad, que considera Bolsonaro uma pessoa perigosa . Quanto à rejeição ao PT, que levou o partido à derrota em 2018, ele considera que passou: A rejeição ao Bolsonarismo já superou essa. Hoje, mais de 50% da população não quer a continuidade dessa loucura que virou o país, que é um país necrófilo, cultivando a morte, o desemprego, o desalento , diz. A seguir os principais pontos da entrevista.

O senhor já é o pré-candidato ou o PT pode apoiar outro partido?

Eu acredito que é natural que uma pessoa que tenha ido ao segundo turno de uma eleição presidencial seja lembrada pelo próprio partido. Mas nós sabemos que estamos lutando há muitos anos para provar a parcialidade do juiz Sergio Moro no julgamento do Lula. Entendemos que conseguimos recolher mais do que evidências. Recolhemos provas cabais de que o Moro agiu como chefe da acusação, o que é vedado por lei. Quero crer, até pela declaração de vários ministros, de que querem Justiça e não perseguição, que nós temos uma possibilidade de resgatar a democracia no Brasil. Não podemos abdicar da democracia. Não se trata de nomes, se trata de Justiça. Agora, o Lula, realmente, me pediu, conforme revelei, que não aguardemos isso. Não temos o mando dos prazos judiciais. Sabemos que a Justiça será feita, mas não sabemos quando. Temos que ter clareza que o Bolsonaro não pode ficar sozinho, em campanha, com um plano de ação atroz, que tem trazido tanta desgraça para o povo brasileiro. Esse é o

sentido do meu afastamento da sala de aula para me colocar à disposição do PT até as eleições de 2022. Esse é o sentido, não deixar Bolsonaro só.

O senhor já deve ter uma proposta de programa esboçada. Quais seriam as três prioridades de debates nesta pré-campanha eleitoral?

Não podemos aguardar 2022 para pressionar o governo a vacinar as pessoas. Essa sabotagem que o governo Bolsonaro fez com a vacina e com o isolamento social, que trouxe tanto desemprego e sofrimento para as famílias brasileiras, será uma agenda das caravanas já em 2021, não vamos aguardar 2022 para discutir isso, emprego, renda e saúde pública. Não podemos deixar Bolsonaro sozinho na pista. Vamos discutir com a população a vacinação e o auxílio emergencial imediatamente. Agora, evidentemente, a economia brasileira está totalmente desorganizada e temos uma situação de queda brutal do investimento público, temos que encontrar espaço orçamentário para gerar emprego. É uma ilusão imaginar que vamos poder contar com o investimento privado em substituição ao público. Isso nunca aconteceu. Está aí o Joe Biden lançando um plano de US\$ 2 trilhões para recuperar a economia americana, contrariando toda a cartilha neoliberal. Temos que ter clareza que precisamos gerar empregos no país e o PT é um partido que mais gerou empregos na história do Brasil. Foram 20 milhões em 12 anos, sabemos fazer isso. Obviamente, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem que ser reforçado, porque provou que é o instrumento que temos de política pública na área da saúde. E, lamento dizer, vamos encontrar a educação, que pouco se fala no Brasil, em situação de extrema penúria.

Como assim?

O Bolsonaro destruiu o sistema educacional brasileiro. Até como ex-ministro da Educação, teremos uma tarefa enorme de reconstruir o sistema educacional brasileiro. O Ministério da Educação se negou a coordenar ações das secretarias estaduais e municipais. Cada um está dando um tiro para um lado. Provavelmente, vamos ter uma pandemia de crianças e professores, que estavam antes resguardados. Não houve planejamento para a volta às aulas presenciais. O Ministério da Educação não deu nenhuma entrevista coletiva organizando o país na área educacional.

Bolsonaro tem nomeado interventores nas universidades e institutos federais ao arrepio da lei, está cortando verba de ciência e tecnologia. O corte já chega a 70% do pico do nosso investimento. E a cultura está destruída no país. Não há financiamento para geração de empregos na área da cultura. Então, temos um desafio enorme nessas áreas que dialogam com o futuro, ciência, educação, artes, cultura.

Não seria tarefa dos estados organizar a volta às aulas presenciais nas escolas de ensino médio e fundamental, uma vez que esses níveis são atribuição deles?

A Constituição não diz bem isso. A Constituição diz que a União tem o papel de coordenador em todas as ações federativas. E, no caso da educação e da saúde, isso é textual: o governo federal nunca pode lavar as mãos. Nunca. Em área nenhuma. Na educação e na saúde tem uma recomendação expressa na Constituição. Os apoios técnico e financeiro são obrigações constitucionais da União frente ao SUS e aos sistemas educacionais. O governo Bolsonaro não fez nem uma coisa, nem outra. Nem o Pazuello, nem o ministro da Educação. Estamos no quarto ministro da Educação. Jamais se dispuseram a coordenar as ações com equipes de sanitaristas, epidemiologistas que pudessem fazer uma programação coerente. Estamos falando de um quarto da população que está em sala de aula. Não estamos falando de pouca gente. Mais de 50 milhões de brasileiros são estudantes, professores e funcionários de escola. Se somarmos as universidades, estamos falando de quase um terço da população.

Para 2022, seu principal concorrente é o juiz Sergio Moro, o único que, nas simulações de segundo turno, ultrapassa Bolsonaro. Isso deixa evidente que essa variável da Lava-Jato ainda tem peso nas eleições. Como lidar com isso?

Há uma confusão proposital entre combate à corrupção e o que aconteceu em Curitiba. No meu ponto de vista, o que aconteceu em Curitiba também pode ser classificado como corrupção. Do sistema de Justiça. Você não pode simplesmente perseguir politicamente uma pessoa como projeto político, não pode fazer isso. Eu, se fosse juiz, não perseguiria Bolsonaro por crimes fictícios. Ele tem que responder pelos crimes que cometeu porque tem prova. Por exemplo, quando a gente acusa Flávio Bolsonaro pelo desvio de verba pública em gabinete, não é uma acusação feita ao léu. Você tem lá a conta-corrente, o dinheiro sendo transferido de uma conta para outra, inclusive envolvendo a esposa do presidente da República. Você tem um acúmulo de patrimônio que jamais uma pessoa como Bolsonaro conseguiria amearhar, patrimônio imobiliário, loja de

chocolate. Ou seja, está feito um nexo entre uma coisa e outra. Agora, você não pode usar, corromper o sistema, para fazer política. É isso que juristas do mundo inteiro e, não sou eu que estou dizendo isso, condenam a maneira como o juiz Sergio Moro se comportou. Agora, toda a legislação anticorrupção é do nosso governo, todo o fortalecimento da polícia, do Ministério Público, é do nosso governo. Esse governo está fazendo o contrário. Está enfraquecendo o combate à corrupção. Então, não vai ser o juiz Sergio Moro que vai me ensinar uma coisa que eu sei de cor. Passei pelo Ministério da Educação com R\$ 100 bilhões de Orçamento, passei pela prefeitura de São Paulo, com R\$ 60 bilhões de orçamento, e você nunca ouviu de ninguém que não foi feito um combate pesado contra a corrupção. Inclusive, em São Paulo, desbaratei uma máfia do **INSS**, recuperei quase meio bilhão de reais para a cidade. O Moro é que tem se explicar.

Embora o senhor diga que Sergio Moro extrapolou, há uma rejeição ao Partido dos Trabalhadores. Como o senhor vai lidar com isso?

Primeiro, acho que a rejeição ao bolsonarismo já superou essa. Hoje, mais de 50% da população não quer a continuidade dessa loucura que virou o país, que é um país necrófilo, cultivando a morte, o desemprego, o desalento. Então, acho que vai crescer esse sentimento na sociedade, de que nós não podemos continuar assim. Como vai crescer também a compreensão sobre o que de fato aconteceu. Do meu ponto de vista, houve, efetivamente, a partir de um cartel de empreiteiras, a captura da direção da Petrobras, e, diga-se de passagem, diretorias que eram ocupadas por pessoas de carreira, com mais de 30 anos de casa. Não foi gente de fora da Petrobras que organizou o cartel das empreiteiras. Agora, se foi possível desbaratar aquele cartel, só foi possível pelo fortalecimento das instituições promovido pelos nossos governos, que é o oposto do que está sendo feito hoje. Então, acho que a gente tem que falar com muita transparência. Não podemos cair no erro da criminalização generalizada. Às vezes ouço falar, ah, a imprensa brasileira é uma porcaria. De que jornalista está falando? De qual veículo. Sabe? Quando começa a generalizar.

O senhor é a favor do impeachment?

Não fui a favor do impeachment em 2019, não falava disso. Agora, fui a favor quando ele cometeu crime de responsabilidade, e dois muito graves: um, participar de atos antidemocráticos. O presidente da República não pode fazer isso. É expresso na lei do impeachment: não pode atentar contra o exercício dos outros Poderes. O presidente da República não pode constringer os outros Poderes na base da violência,

tem que argumentar. Não pode intimidar os poderes da República. Isso é crime previsto em lei e ponto. Tem que afastar. Dois, o que fez na crise sanitária. Para mim, é crime de lesa-humanidade. Se nós tivéssemos um presidente decente, teríamos menos de um terço das mortes que tivemos, seguindo recomendações de qualquer epidemiologista, qualquer sanitarista. Então, ele é, sim, responsável pelas mortes.

Na hipótese de impeachment, assume Hamilton Mourão. Qual seria sua posição em relação a um governo dele, que, de certa maneira, assumiria com o seu apoio?

Não, veja bem: quando fomos a favor do impeachment do Collor, à época, todos os partidos votaram a favor. O PT não aderiu ao governo do Itamar, embora o Itamar fosse uma pessoa proba e responsável. Assumi a Presidência legitimamente. Não aderimos ao governo, com exceção da Erundina, que foi um caso isolado e que contrariou a orientação partidária. Permanecemos na oposição, mas sempre a favor da democracia. O PT não faz toma lá dá cá com governos liberais, de direita. A gente respeita a direita. É uma força política que tem total condição de disputar hegemonia na sociedade. O PT é o maior partido de centro-esquerda e não de direita. A direita tem todo o direito de existir, como nós temos o direito de existir. O impeachment não pode ser negociado na base do toma lá dá cá, tem que ser aprovado ou não seguindo a regra constitucional: cometeu crime de responsabilidade? Está matando brasileiros? Se insurgiu contra a democracia? É crime previsto em lei. Teríamos poupado, pelo menos, 150 mil vidas, se Bolsonaro fosse afastado há um ano. Em primeiro lugar, falamos, esse senhor não tem condição de gerir essa crise, vai arrebentar esse país. E olha o que aconteceu. Tudo o que dissemos no começo do ano passado, demonstrou ser a mais pura verdade. Ele é um homem destrutivo. Tem prazer nisso. É impressionante.

A preços de hoje, Bolsonaro tem uma vaga no segundo turno em 2022. O que leva o senhor a crer que o resultado será diferente de 2018?

O Bolsonaro só ganhou com base numa mentira: de que eu era o extremista que ele era. Mentiram para a sociedade. Vocês me conhecem há muitos anos. Comparar a minha biografia de professor, democrata, lutei pelas diretas, lutei pela Constituinte, fui para a sala de aula estudar o Brasil, estudar o mundo. Fui ministro da Educação, fui prefeito de São Paulo.

E na esquerda, uma eventual candidatura de Guilherme Boulos lhe ajuda ou atrapalha?

É óbvio que se nós pudermos estar juntos no primeiro turno, estaremos. Não há dúvida de que faremos o esforço necessário para estarmos juntos, mas quero lembrar que, em 2018, tinham quatro candidatos até o dia da inscrição de chapa e nós só conseguimos fazer aliança com o PCdoB e mais ninguém. No domingo da inscrição de chapa, às 23h, faltando uma hora para o término do prazo. Obviamente, a situação hoje é melhor, porque temos mais tempo para sentarmos à mesa e discutir. A situação está mais clara sobre o que de fato acontece no Brasil do que estava em 2018. Muitas informações foram reveladas e a solidariedade a Lula é muito maior hoje por parte dos partidos de esquerda do que foi em 2018. O drama que estávamos vivendo. A compreensão desse drama por parte das forças políticas é maior. E, quando falo maior, falo da centro-direita, que acordou para as ameaças que estamos vivendo. Então, acho que o quadro é outro. E podemos fazer um grande entendimento de que o candidato que for ao segundo turno, terá o apoio dos demais. E aí, um leque mais amplo do que o de 2018. É o que eu espero que aconteça. As pessoas têm todo o direito de ter o seu projeto e apresentá-lo no primeiro turno. É um direito. É para isso que tem dois turnos, para a pessoa se apresentar da forma mais adequada que considera, mas com o compromisso de, no segundo turno, derrotar o governo de extrema-direita que está no Brasil.

O senhor vislumbra um cenário de muitos candidatos em 2022?

Em 2018, tivemos 13 candidatos. Imagino que, com um ano e meio pela frente, a gente consiga ter menos do que isso, se a gente conversar e se conseguir se entender sobre o que está em jogo no Brasil. Digamos que podemos cair para seis candidatos. Mas o acordo de segundo turno precisa ter mais atenção da imprensa. É a sugestão que eu faço: ou seja, aqueles que votaram no Bolsonaro no segundo turno, em 2018, fariam o mesmo em 2022? A gente acha que precisaria explorar isso melhor para saber quem é democrata e quem não é no Brasil. Na minha opinião, quem apoia Bolsonaro hoje não tem grande compromisso com a democracia. Em 2018, poderia alegar ignorância, mas hoje não dá para alegar ignorância de quem é o Bolsonaro.

Na disputa pelo Senado, o PT apoiou Rodrigo Pacheco. Na Câmara, a decisão de apoiar Baleia Rossi foi disputadíssima na bancada. Outros partidos se dividiram. Como lidar com essas forças que implodiram?

Não acho que implodiram. Rodrigo Maia estava de saída. Achemos que ele perdeu muitas oportunidades de liderar o processo de contenção do bolsonarismo.

Acredito que ele tenha, realmente, desperdiçado essas oportunidades. E hoje entendo melhor o porquê. Seu próprio partido o rifou. Ele deve estar de saída do DEM no próximo período. E o PT, então, de forma bastante disputada internamente, resolveu fazer um gesto, de ter um presidente da Câmara que não fosse bolsonarista para conter os ímpetos autoritários e antiestado do Bolsonaro. Fizemos um gesto que, na minha opinião, foi pedagógico. O que esse gesto demonstrou? Que a direita, na hora H, vai para o lado do Bolsonaro. Não aceitaram nem um deles para presidir a Câmara. Preferiram correr para o colo do Bolsonaro. Ficou muito escancarado que a direita não tem esse compromisso com a democracia, que ela batia no peito em 2018 para justificar não votar em mim. No Senado, foi algo bem diferente. Rodrigo Pacheco é um advogado, garantista, um cara centrado, que era o melhor candidato. Não era o candidato do Bolsonaro, como falam. In pectore, jamais o Bolsonaro escolheria uma pessoa como ele para presidir o Senado, mas acabou se rendendo à articulação que foi feita pelo Davi Alcolumbre, em torno de uma pessoa que agregava mais do que um candidato bolsonarista agregaria. Não foi propriamente uma vitória do bolsonarismo, ao contrário da Câmara, onde o fenômeno foi outro: o PT fez o gesto e a direita correu para o lado do Bolsonaro. Mas isso foi pedagógico, porque a população vai enxergando quem de fato é oposição a esse governo. O maior partido de oposição a este governo é o PT, não tenho a menor dúvida. É um partido grande, com mais de 50 deputados, que ainda tem densidade para se insurgir contra o Bolsonaro.

O Congresso está diante de dois fatos que vão balizar as duas Casas. Uma é a CPI da Saúde, que precisa ser instalada no Senado. E o outro é o caso Daniel Silveira. Qual sua opinião sobre essas duas questões?

A gente sempre testa as pessoas no cargo. A gente nunca sabe o que vai ser de alguém antes de a caneta estar na mão. Às vezes, o cara diz antes o que vai fazer, como o Bolsonaro disse. Mas é raro alguém dizer tudo o que vai fazer, infelizmente, porque as pessoas deveriam ser muito transparentes antes de assumir cargos de comando no país. Eu acredito que uma CPI da Saúde é necessária, porque a gente tem que estimar quantas pessoas morreram, quantas vidas foram ceifadas por absoluta responsabilidade do governo. Aí, vai se discutir a cadeia de responsabilização, se foi o Bolsonaro ou o Pazuello. Pelo menos, o ministro tinha que cair, porque ele é diretamente responsável pelo que fez. Comprar cloroquina, distribuir cloroquina, combater a vacina, não promover as encomendas necessárias para a gente estar em patamar de vacinação, não ter um gabinete de crise até hoje instalado, não coordenar as ações federais. Se isso não é improbidade, é melhor

rasgar a lei, porque ninguém vai responder mais por improbidade nesse país, depois do governo Bolsonaro. Não existe improbidade mais. Ou a gente leva a sério o Brasil, ou vamos ladeira abaixo, como estamos indo. Por isso, acho a CPI da Saúde imprescindível e espero que ele (Rodrigo Pacheco) instale.

E em relação ao caso Daniel Silveira?

Prisão de parlamentar é sempre uma coisa delicada. É óbvio que esse deputado, em especial, está fustigando o Supremo talvez para provocar essa situação. Ele deu um palanque virtual bastante considerável, ele é uma pessoa das sombras, parece que já foi 90 vezes preso, segundo ele próprio. Se entendi bem o discurso dele, é uma pessoa que tem orgulho de ter sido presa 90 vezes. É uma pessoa das sombras que vem fustigando a Suprema Corte há muito tempo. Não sei se a medida mais correta é a prisão, mas, com certeza, a medida mais correta é a cassação do mandato. A quebra de decoro está caracterizada, de acordo com toda a legislação. Compreendo também que a decisão judicial da Suprema Corte tem que ser respeitada. Esse cidadão está nessa campanha, de promover ódio, de promover atentados contra a democracia, há muito tempo. Praticamente desde que tomou posse. Não sei o tipo de ameaça que os ministros vêm recebendo. Eu sei que vêm recebendo ameaças, contra a sua própria vida muitas vezes. Se amanhã se descobrir uma pessoa que está fomentando um atentado contra a vida do presidente da República, que é alguém que eu considero desprezível, sou a favor de que essa pessoa saia de circulação. Isso não é uma atitude de quem respeita a democracia. Existe lei e você não pode fomentar nenhum ato de violência contra uma autoridade constituída.

Como o senhor avalia o decreto das armas?

É outro caso que o Congresso tinha que sustar, via decreto legislativo. Onde vai parar isso? As pessoas precisam de vacina para salvar a economia. E a pessoa está preocupada em armar milicianos? Esse sujeito que foi preso, investiga a vida dele: deve ter algum parentesco ou ligação com o Adriano, que foi morto na Bahia; com o Queiroz, escritório do crime, essa turma. É muito sério o que está acontecendo. A gente precisa ler o livro do Bruno Paes Manso, sobre a república das milícias, para saber o que está acontecendo no Brasil. Temos na Presidência da República uma pessoa muito perturbada, que não tem nenhum compromisso com a democracia. Uma pessoa perigosa. Estamos falando de uma pessoa muito perigosa. Não sei se as pessoas estão atentas para isso, mas o perigo está à espreita. É muito grave.

Agora, ele tem dito que essas afirmações são feitas

para tirá-lo da Presidência em 2022...

Semana passada falou em tirar de circulação os jornais. Ou seja, não tem dia que ele não atente contra a democracia. Foi passar o carnaval, com mais de mil mortos por dia, e passear em jet-ski em Santa Catarina. Que exemplo edificante ele dá sobre qualquer assunto? Está há dois anos e dois meses na Presidência da República. Não consigo ver um exemplo que se diga, aqui foi uma postura de presidente, aqui representa a alma do brasileiro. O que eu vejo é ameaça o tempo todo.

Como lidar com isso, num processo eleitoral que será tenso?

O empresariado brasileiro que apoia o Bolsonaro até hoje precisa botar a mão na consciência. Se o empresariado brasileiro não botar a mão na consciência e reconhecer que contratou o caos ao ocupar a Presidência da República com essa figura, a tensão vai aumentar. Eles precisam entender o que eles fizeram. Eles contrataram o caos. Contrataram o caos e por dinheiro miúdo. Alguns por dinheiro graúdo, Eletrobrás, Petrobras. Alguns estão de olho na compra na bacia das almas do patrimônio nacional. Mas eles contrataram o caos.

Além de ter que convencer o empresariado a pôr a mão na consciência, o PT também precisa convencer esse empresariado de que aquela situação que vivemos lá atrás, com petrolão e mensalão, não vai se repetir?

Vamos pegar o caso dos tucanos aqui de São Paulo, que governam o estado desde os anos 1990. Você tem Metrô, Rodoanel, Dersa, tudo capturado, todas essas empresas foram capturadas, você pode deduzir daí que uma figura que eu até defendi publicamente, o governador Geraldo Alckmin, estava envolvido com a captura dessas empresas? Se aparecer uma prova de que ele estava envolvido, prendam. Agora, você não pode supor que tudo o que aconteceu com aquele Paulo Preto foi sob o comando de uma liderança tucana, a não ser alguns que tinham contas no exterior. Esses precisam ser presos. Tem várias lideranças tucanas que precisam ser julgadas, porque há evidências absurdas, cartões de crédito e contas no exterior. É outro departamento. A questão do gabinete do Bolsonaro, estão lá as provas. Nada contra combater a corrupção. Mas vamos fazer isso de maneira adequada, de acordo com a lei, sem política, sem ideologia. Juízes imparciais, juízes honestos, não tem nenhum problema em avançar nessa agenda.

Em relação ao PT também?

Não tem nenhum problema, você tem milhões de

filiados. Vamos pegar a igreja, um padre saiu da linha. Você defende a punição. Se você respeita a Igreja, sim. Eu respeito o meu partido, por isso defendo a punição. Tem prova contra um filiado do meu partido, paciência, eu lamento, mas eu não tenho compromisso com a coisa errada. Isso vale para a minha igreja, vale para o meu partido, vale para a minha família, vale pra todo mundo, pode ser meu filho, meu primo, meu sobrinho, errou, paga. Se eu defendo isso para a minha família, como é que eu não vou defender para a minha igreja e o meu partido? Essa coisa não existe comigo, essa questão não é partidária. Defendo que as pessoas do PSDB que não sejam culpadas, sejam absolvidas. Não posso desejar a punição para um adversário se ele não cometeu algum erro. Não quero isso para ninguém, seja de que partido for. Não quero saber, errou, paga; não errou, não paga. Tem uma lei, tem que cumprir a lei, ponto. Se você é contra a lei, lute para mudar a lei, mas enquanto a lei estiver em vigor, cumpra a lei.

E o ex-presidente Lula, qual será o papel dele daqui pra frente?

Lula nunca desrespeitou o Poder Judiciário, é bom que se diga isso. Ao contrário, ele isolava o que estava acontecendo em Curitiba do que estava acontecendo no resto do país. A briga do Lula é por justiça, não é contra A, B ou C. E o Lula, assim que estiver vacinado, está louco para se vacinar, ele já está com 75 anos, está esperando a vez dele, deve acontecer nas próximas semanas, ele se colocará à disposição do país, como sempre se colocou, para ajudar a construir uma saída.

Como fica a questão se o Lula for liberado pela Justiça para disputar as eleições?

Primeiro, vou seguir com as minhas ideias e o meu partido, independentemente da missão que me for dada. Segundo, se a Justiça chegar é muito justo que o PT reabra a discussão e o Lula possa ser candidato, que é o desejo de 100% da militância do PT. Por fim, não acho que vamos chegar ao que aconteceu em 2018. Eu estou saindo à rua, como todos os pré-candidatos, todo mundo está colocado. É um direito de cada cidadão se deslocar com segurança pelo país com uma mensagem, não sei no que isso pode prejudicar quem quer que seja, prejudicar as pessoas.

O senhor é considerado um petista light, o Lula não, é o Lula, é o PT raiz 100%, puro-sangue. Isso faz muita diferença numa disputa de segundo turno?

O único partido ao qual me filiei foi o PT e isso já tem bastante tempo. As pessoas conhecem o meu trabalho, sou a favor de que o homem público tenha sua vida passada a limpo, uma coisa é uma novidade,

estou chegando agora; outra coisa é uma pessoa que tem 20 anos de vida pública. Não estou chegando agora, tenho 20 anos de experiência. Passei por cargos muito importantes, por um ministério que não era tão importante quando cheguei, mas deixei um dos maiores ministérios, mais importantes, senão o mais importante do país. Foram 8 anos só de MEC, mais quatro anos na maior cidade do país. Minha vida está aí para quem quiser virar do avesso, as decisões que eu tomei, polêmicas, não polêmicas, mas que eram polêmicas e deixaram de ser, porque se mostraram corretas, a minha família, onde eu moro, os meus filhos, a educação que eu dei, tudo... O homem público tem que estar à disposição, com toda a transparência. Se eu sou mais light ou menos light, as decisões que eu tomei falam mais do que um discurso. Lula não saiu com 80% de aprovação por outra razão que não fosse a sua capacidade de diálogo, é um homem do diálogo, um homem que nunca se negou a sentar à mesa com quem quer que fosse para discutir o interesse nacional. Não me vejo dissociado disso. Não existe isso de o Haddad ser moderado, o Lula, não, como se pode inferir da pergunta. Ele é um homem de diálogo.

O senhor já tem uma experiência eleitoral em disputa com João Doria, no caso da Prefeitura de São Paulo, na qual o senhor foi derrotado. O que o senhor aprendeu com essa experiência e como o senhor lidaria com o Doria em 2022?

Em 2016, eu tive dois problemas muito graves: a situação em que estava o PT nacionalmente, que perdeu 60% dos votos no país, e na cidade de São Paulo, tinha duas concorrentes que foram prefeitas do PT, que deixaram o partido. A Luiza Erundina concorreu pelo PSol; e a Marta Suplicy, pelo MDB, que tomou o poder em 2016, a partir do afastamento da presidente Dilma Rousseff. Esse cenário foi único e as pessoas não conheciam o Doria, que se vendeu bem. Eu não acho que esse cenário vá se repetir, menos ainda no Brasil. Uma coisa é a cidade de São Paulo, outra coisa é o Brasil. E eu acredito que as pessoas tenham se dado conta também do que ele representa em termos de compromisso social e democrático, das dificuldades que sofre dentro do próprio partido. Não acho que esse cenário tenha qualquer plausibilidade em 2022.

E o Luciano Huck?

Há sempre aquela solução do bolso do colete. Olha, celebridade é celebridade, às vezes, tem o carinho da população por ser celebridade. Mas eu acho que a política, mais ainda a Presidência da República, falo isso com toda a fraqueza. Eu sempre recomendaria tranquilidade. Obviamente, uma pessoa ter popularidade em razão de um programa de auditório, ser da Rede Globo, é uma coisa; presidir o país é

outra bem diferente. Mas, conhecendo a direita como eu conheço, eles são especialistas em embarcar em coisas que pra mim soam como uma aventura. As pessoas acham que para representar o Brasil num campo de futebol tem que saber jogar bola, mas pra ser presidente da República não precisa entender de economia, direito, filosofia, não precisa entender de nada disso. Eu acho o contrário, acho que as pessoas têm que se preparar. Eu acompanhei muito uma pessoa extraordinariamente inteligente, que se preparou muito para chegar à Presidência, conversou com as maiores intelectualidades do país. Lula se preparou décadas para poder ser o maior presidente da história do país, segundo todas as pesquisas. Não dá, sinceramente, não acho prudente.

E o Ciro Gomes, há conversas ou já se afastaram a um ponto que não tem mais diálogo?

Fiz um esforço enorme, no primeiro semestre de 2018, para que ele se aproximasse mais do Lula. Infelizmente, fiz quatro tentativas, duas com o próprio Ciro, uma com o Carlos Luppi e uma com o Mangabeira Unger. Não foi possível. Acho que foi um erro. Depois, no segundo turno, houve aquela atitude de sair do país e não houve mais contato. Recentemente, Camilo Santana, que é um grande governador do PT, conseguiu promover uma primeira conversa lá no Instituto Lula, tomara que as coisas mudem pra melhor.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/02/4907874-nao-podemos-deixar-bolsonaro-sozinho-na-pista-diz-haddad-em-entrevista.html>

Agência Brasil explica: como agir após ter dados pessoais vazados

Os recentes vazamentos em massa de dados de consumidores em todo o país acenderam o alerta. De posse do nome completo, do endereço e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), criminosos podem fazer estragos na vida do cidadão comum. Com linhas de crédito e dívidas contraídas indevidamente, pessoas físicas terminam com o nome negativado sem terem feito nada.

Para a vítima, resta o constrangimento e o trabalho de limpar o nome. Isso sem contar as dezenas de ligações diárias de cobradores em outras cidades. A tarefa envolve paciência e, algumas vezes, pode acabar nos tribunais.

Na maioria dos casos, a pessoa lesada pode resolver o problema nas próprias empresas. Primeiramente, o contribuinte deve pedir um extrato detalhado ao órgão de proteção em que está negativado, para comprovar a origem da dívida. Depois disso, é preciso entrar em contato com a empresa responsável pela negativação, por meio do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), ou escrever uma carta de próprio punho afirmando desconhecer o débito.

Em todos os contatos, é importante que o cliente peça o número do protocolo na empresa responsável e tire cópia da contestação escrita a mão. O cidadão também deve pedir que a empresa emita algum documento que comprove o recebimento da carta, com data, assinatura e carimbo.

Quando o cliente descobre a negativação ao fazer uma compra no comércio local, deve falar com o gerente do estabelecimento, explicando a situação. É recomendado pedir uma declaração formal do gerente que possa ser usada como prova.

O problema aprofunda-se quando a empresa se recusa a limpar o nome do consumidor. Nesse caso, a saída costuma ser a Justiça. O consumidor deve juntar a documentação obtida - número de protocolo, carta de próprio punho e declaração do gerente - e entrar com pedido de retirada do nome do cadastro de devedores. A vítima também pode pedir indenização por danos morais.

A retirada do nome dos órgãos de proteção ao crédito pode ser feita por meio de liminar, que tem tramitação rápida e dispensa a espera para o processo acabar.

Munido de toda a documentação, o cliente pode marcar atendimento nos próprios órgãos de proteção e contestar o lançamento no cadastro de devedores sem pedido de liminar, mas a análise do caso é individual.

A melhor saída para evitar transtornos ainda é a prevenção, com o cliente desconfiando de qualquer mensagem, ligação e forma de contato recebida. Em relação a e-mails, o consumidor deve identificar a procedência do endereço da mensagem e evitar clicar em links e instalar qualquer programa. No caso de ligações telefônicas que peçam dados sensíveis, o cliente deve pedir a identificação do atendente e o número do protocolo. O ideal é desligar a chamada e ligar de volta, tentando retomar o atendimento com base no número do protocolo.

Uma das principais fontes de golpes, o whatsapp deve ter a identificação em duas etapas ativada. Por meio desse recurso, o usuário criará uma senha de seis algarismos que deverá ser digitada periodicamente ao ler as mensagens. O código inibe clonagens e aumenta a segurança do aplicativo. Em relação a cartões de crédito, é recomendado usar cartões virtuais em compras online. Além de poderem ser facilmente excluídos, os cartões virtuais não estão em outros vazamentos de dados.

No caso de sites do governo, como o Portal de Serviços Públicos do Governo Federal (gov.br) o Meu **INSS** e o auxílio emergencial, é recomendado trocar as senhas após o vazamento em massa.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-02/agencia-brasil-explica-como-agir-apos-ter-dados-pessoais-vazados>

Auxílio surtirá efeito modesto na economia

MARINA BARBOSA

A volta do auxílio emergencial vai ajudar milhões de brasileiros a pagar as contas e a colocar comida na mesa. Porém, diferentemente do que aconteceu no início da pandemia do novo coronavírus, a liberação do benefício não vai surtir o mesmo efeito na atividade econômica. Analistas explicam que a medida não deve evitar uma queda do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste início de ano; e falam até em uma recessão técnica neste semestre, mesmo com o retorno da ajuda do governo aos mais vulneráveis.

A nova rodada do auxílio emergencial foi acertada nos últimos dias pelo governo federal com o Congresso Nacional e tem provocado revisões nas projeções econômicas deste ano. Afinal, em 2020, o benefício elevou a renda, estimulou o consumo das famílias brasileiras e, dessa forma, reduziu praticamente pela metade o tombo do **PIB** do Brasil - no início da pandemia, organismos internacionais projetavam queda de 9% da economia brasileira em 2020, mas esse baque deve ficar perto dos 4,05%, conforme o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Quem já fez as contas do impacto econômico do novo auxílio emergencial, no entanto, diz que a medida não terá um efeito tão grandioso em 2021. Afinal, desta vez, o programa será mais enxuto.

A ideia do governo é fazer um pente-fino no cadastro dos 68 milhões de brasileiros que receberam o benefício no ano passado para continuar pagando a ajuda só para quem ainda precisa e, assim, gastar menos. Por isso, o novo auxílio deve chegar a um público de 32 milhões a 40 milhões de pessoas por um período de quatro meses, de março até junho, quando espera-se que o avanço da vacinação permita a normalização da economia brasileira. E o valor trabalhado pela equipe econômica para o novo auxílio varia entre R\$ 200 e R\$ 250, apesar de o Congresso Nacional querer levar a cifra para mais perto dos R\$ 300 ou até dos R\$ 600 pagos em 2020. O custo total do programa, que chegou a R\$ 294 bilhões no ano passado, deve, portanto, ficar próximo dos R\$ 30 bilhões em 2021.

Por conta desse enxugamento do auxílio emergencial, a XP Investimentos calcula que o programa vai provocar um aumento de 1% na massa ampliada de rendimentos do país neste ano, mas não vai compensar toda a perda de renda ocasionada pela pandemia de covid-19, como ocorreu em 2020. "Desta vez, não compensa tudo, porque o desemprego ainda

é elevado e o auxílio terá um escopo bem mais limitado. Por isso, as famílias devem sentir um impacto negativo na renda, mesmo com a segunda rodada do auxílio emergencial", afirmou a economista da XP Investimentos, Lisandra Barbero.

Muitos analistas acreditam, ainda, que boa parte desse dinheiro não deve ser direcionado para o consumo. Afinal, o auxílio será menor e deve chegar apenas em março, quando muitos brasileiros já estarão há dois meses sem ajuda do governo, sem trabalho e, conseqüentemente, com mais dívidas para pagar. "Quem mais precisa vai fazer o consumo de primeira necessidade, mas, às vezes, até para fazer compras no mercadinho é preciso pagar as dívidas primeiro. Então, boa parte desses recursos deve ser usada para pagar contas que estão atrasadas, como o mercado, a conta de água, a conta de luz. Logo, vai sobrar menos recurso para o consumo e o impacto no **PIB** será menor", avaliou o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale.

Além disso, pontuou Lisandra Barbero, é difícil imaginar que os brasileiros que aproveitaram o auxílio emergencial para comprar bens duráveis e semi-duráveis, como eletrodomésticos, ou para fazer reformas em casa, façam essas compras novamente. "Parte do consumo foi antecipado. Por isso, o auxílio terá um impacto nas vendas, mas não tão grande como o de 2020. O comércio de alimentos e bebidas deve sentir mais o efeito, mas o de bens não essenciais nem tanto", disse a economista.

Assim, a XP Investimentos acredita que o auxílio vai elevar o consumo das famílias em 0,13 ponto percentual no segundo trimestre e em 0,21 ponto percentual no terceiro trimestre de 2021. É um incremento bem mais modesto que o do ano passado, quando o auxílio fez o varejo brasileiro alcançar patamares recordes de vendas - o Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made) da Universidade de São Paulo (FEA/USP) calcula que o consumo das famílias brasileiras poderia ter despencado até 14,7% em 2020 por conta da crise da covid-19, mas caiu 6% já que foi impulsionado pelo auxílio emergencial.

Por conta disso, a volta do auxílio emergencial não deve causar mudanças significativas no **PIB** do Brasil em 2021, segundo economistas. Ao contrário, o que se vê nas últimas semanas são revisões negativas da atividade econômica. No último Boletim Focus, por exemplo, a mediana das projeções do mercado para o

PIB deste ano caiu de 3,47% para 3,43% na semana passada. "Por enquanto, o impacto no **PIB** anual é nulo. Mantemos a projeção de um **PIB** de 3,4% neste ano, apesar da nova rodada do auxílio, até porque também precisamos entender quais vão ser os contrafactuais da nova rodada do auxílio. O efeito fiscal, por exemplo, pode elevar o risco Brasil, depreciar o câmbio e elevar a **inflação**, desacelerando o consumo, se não for bem calibrado", explicou a economista da XP Investimentos.

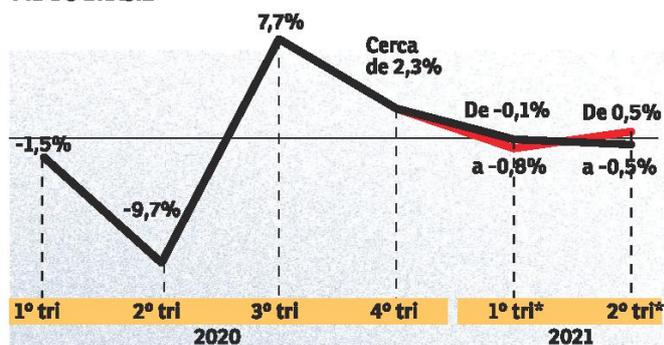
O marco fiscal solicitado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, como uma contrapartida para a volta do auxílio emergencial passa pelas propostas de emenda à Constituição (PECs) da Emergência e do Pacto Federativo e deve ser votado na próxima quinta-feira pelo Senado. O texto que será levado a plenário, no entanto, deve ser bem mais enxuto do que o imaginado inicialmente por Guedes. Para garantir que a medida passe de forma célere pelo Congresso e permita que os pagamentos do auxílio emergencial sejam retomados em março, o texto deve evitar temas polêmicos e focar apenas no que é necessário para destravar o auxílio emergencial. Medidas de cortes de gastos, como a redução do salário dos **servidores públicos**, por exemplo, devem ficar para outro momento.

Auxílio emergencial

2020 x 2021

ALCANCE	
67,8 milhões de pessoas receberam	De 32 milhões a 40 milhões de pessoas devem receber
VALOR	
Começou em R\$ 600 e terminou em R\$ 300	O governo quer que fique entre R\$ 200 e R\$ 250
PERÍODO	
Nove parcelas, de abril a dezembro	A ideia é pagar quatro parcelas, de março a junho
CUSTO	
R\$ 293 bilhões foi o custo do auxílio	De 24 bilhões a R\$ 50 bilhões deve ser o impacto fiscal
IMPACTO NA RENDA	
24% foi a elevação na renda dos brasileiros que receberam auxílio	1% deve ser o impacto na massa de rendimentos do país
IMPACTO NO PIB	
4,21 pontos percentuais foi o impacto no PIB	0,25 ponto percentual deve ser o impacto no PIB

PIB DO BRASIL



*Projeções do mercado

-4,36%
é a projeção de queda do PIB

3,43%
é a projeção de crescimento do PIB



Categorias pedem vacinação

» **CIBELE MOREIRA**

Trabalhadores que atuam em serviços essenciais, com contato direto com a população, reivindicam inclusão nos grupos prioritários de imunização contra a covid-19. Representantes de categorias, como a dos rodoviários e dos garis, estão em constante diálogo com o Executivo local para a inserção no plano de vacinação distrital. Servidores da assistência social também pleiteiam o direito a receber o imunizante nas primeiras etapas da campanha, no entanto o pedido não foi acatado. Com isso, cerca de 70% dos assistentes sociais pararam por uma semana no início deste mês.

O presidente do Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do Distrito Federal (Sindsasc), Clayton Avelar, ressaltou que a categoria está mais vulnerável ao vírus e presta serviço essencial de amparo à população. "A gente não está querendo privilégio, pedimos que nos coloquem após os servidores da saúde. Estamos lidando diretamente com o público", destacou Avelar. Para a assistente social Leany Mendes, 40, o volume de atendimento durante a pandemia aumentou, e com isso os servidores ficaram mais expostos. "Desde de março, a gente vem se expondo mais. Houve uma restrição nos atendimentos, com 50% remoto, mas, mesmo assim, a procura é alta. A gente quer dar nossa visibilidade para a inclusão no plano de vacinação. Nos vemos excluídos desse processo", afirma. "Se nós não recebemos cuidado, não somos capazes de cuidar do outro", pontua a servidora.

Em nota, a Secretaria de Desenvolvimento Social do DF (Sedes) definiu a greve dos trabalhadores da assistência social como desarrazoada. "Pressionar pela vacinação, tentando alterar os critérios de prioridades que foram elaborados pelos técnicos do Ministério da Saúde, em conjunto com a Secretaria de Saúde do DF, demonstra a falta de sensibilidade e empatia por parte do sindicato, com aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade", afirma a pasta. Segundo a secretaria, foram tomadas todas as providências para reduzir os riscos de transmissão do novo coronavírus entre os servidores. "Cumprindo com as diretrizes estabelecidas e preocupados com a saúde dos servidores, foram disponibilizados para as 83 unidades da secretaria os kits de equipamentos de proteção individual (EPIs) contra a covid-19, contendo: máscara de proteção facial, álcool em gel, termômetros digitais, barreiras físicas de acrílico e marcações para o distanciamento

social. Além disso, o GDF nomeou 258 novos servidores concursados, medida que busca a reestruturação da pasta", destacou em nota.

A Secretaria de Desenvolvimento Social ressaltou que, em 18 de janeiro, foi encaminhado para a Secretaria de Saúde um plano específico de imunização contra o novo coronavírus, dividido em etapas, considerando a natureza do trabalho desenvolvido pelos profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no DF. De acordo com a pasta, até 6 de fevereiro, 1.276 pessoas, entre profissionais e usuários da rede socioassistencial, já tinham sido vacinadas. No grupo dos imunizados estão: idosos, pessoas com deficiência, cuidadores, agentes sociais e técnicos administrativos, as equipes do núcleo de serviço funerário, além dos assistentes sociais que atuam em hospitais. "O momento exige, além de todo cuidado, serenidade e paciência. Todas as categorias de **servidores públicos** são importantes e merecem atenção", pontuou a nota. A Secretaria de Justiça e Cidadania informou que está adotando medidas cabíveis para a manutenção dos serviços, para que a população não fique prejudicada com a decisão de greve da categoria.

Rodoviários Outro grupo de trabalhadores que reivindica o direito de imunização no plano prioritário de vacinação é o dos rodoviários. O vice-presidente do sindicato da categoria, João Jesus de Oliveira, afirma que participou de uma reunião com o secretário de Transporte e Mobilidade (Semob) para tratar sobre o assunto. "Já perdemos 14 trabalhadores pela doença. Mesmo com a máscara, corremos o risco diário de infecção, com os ônibus com lotação acima da normalidade", pondera João. Em relação à quantidade de contaminados, não há um número certo, porém ele afirma que é bastante elevado. "A gente não tem como saber onde o trabalhador se contaminou, mas sabemos dos riscos", destaca.

Para o cobrador Luis Cláudio Martins Gomes, 45, a preocupação é grande em relação a pandemia. "A categoria nunca parou. Já perdemos vários amigos para a doença. Eu mesmo tive covid em agosto do ano passado. Graças a Deus foi leve, mas tive sequelas respiratórias. Então, ser incluído no plano de vacinação é um grande feito para nós", resalta Luis Cláudio. Ele conta que já aconteceu de um coletivo não sair da garagem porque o funcionário estava afastado pela doença. "Então, o ônibus seguinte foi lotado, e o controle de proteção ao vírus fica difícil nesses casos. A gente não pode deixar de trabalhar;

sem os rodoviários a cidade não circula", conta o cobrador, que tem medo da chegada de uma segunda onda de infecção. A Semob informou que está em tratativas com a Secretaria de Saúde para a inclusão dos rodoviários no cronograma de vacinação dos grupos prioritários que realizam serviços essenciais. Segundo levantamento do sindicato, cerca de 13 mil trabalhadores atuam no serviço rodoviário da capital.

Limpeza urbana Uma profissional da limpeza urbana do DF, que preferiu não se identificar, contou ao Correio os receios que os profissionais desta categoria enfrentam diariamente. "A gente está de frente com a realidade, e os riscos são muitos. Diariamente, a gente tem contato com máscaras que são descartadas incorretamente no chão, e nós, garis, temos que ensacar", ressalta. Para ela, a vacina é fundamental. "Não podemos ficar sem trabalhar, temos filhos, família para criar. A imunização trará uma segurança maior", destaca a gari, que tem cinco crianças e uma mãe idosa para cuidar. De acordo com a servidora, da equipe que ela trabalha, cinco pessoas já se contaminaram com o vírus.

"Desde o início da pandemia, a nossa categoria está na linha de frente. É uma injustiça não colocar o servidor da limpeza urbana nos grupos prioritários. Imagina um dia sem que os garis coletarem o lixo infectado pela covid-19?", pondera o presidente do Sindicato de Limpeza Urbana do Distrito Federal (Sindlurb-DF), José Cláudio de Oliveira. Segundo ele, já foram encaminhados ofícios para o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) e para a Secretaria de Saúde solicitando a inclusão dos trabalhadores. "O que foi nos repassado é que, caso chegue novas doses, o cronograma poderá ser mudado. Mas até o momento, não recebemos nenhuma movimentação nesse sentido", explica José Cláudio. Segundo o sindicato, atualmente existem 4 mil trabalhadores na ativa com serviço externo pelas ruas do Distrito Federal, e cerca de 400 na estação de transbordo.

Reavaliação Na avaliação do médico infectologista do Hospital das Forças Armadas (HFA) Hemerson Luz, o plano de vacinação adotado pelo Distrito Federal tem uma peculiaridade que permite a reavaliação e redefinição dos grupos prioritários de acordo com a realidade do momento. "Seria interessante repensar quem são as pessoas que estão mais vulneráveis ao vírus. Os motoristas de transporte coletivo, por exemplo, é uma categoria que pode ser incluída nesse grupo", afirma. Para Andrea Maranhão, professora de imunologia do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília (UnB), a quantidade pequena de doses que tem chegado é uma das maiores preocupações, em se tratando de prioridades na imunização. "Dividir a riqueza é fácil, agora dividir a miséria que fica é um pouco mais complicado", pontua. De acordo com ela,

uma saída é escalonar prioridades dentro das prioridades para atender as demandas. "Tem de pensar quem está mais exposto à doença, e também o risco de evoluir a forma mais grave da infecção. Tudo tem de ser analisado", destaca.

O caminho do auxílio (3)

O governo Jair Bolsonaro mais uma vez caminha a reboque do Congresso no debate em torno do auxílio emergencial, cuja prorrogação se tornou um imperativo social, econômico e político com o novo agravamento da pandemia.

Como no ano passado, é o comando do Legislativo, agora entregue ao centrão aliado a Jair Bolsonaro, que impõe pressa na definição do benefício. O Ministério da Economia basicamente se limita a buscar contrapartidas -essenciais- de ajuste orçamentário.

Conforme o entendimento firmado, o caminho legal será o aproveitamento de uma proposta de emenda constitucional já em tramitação no Senado, aglutinando dispositivos que constam de diferentes projeto anteriormente encaminhados pelo governo.

As lideranças parlamentares prometem divulgar o texto da PEC a partir desta segunda-feira (22). Espera-se que a peça inclua a previsão de um novo auxílio com o acionamento de uma cláusula de calamidade pública, de modo a suspender temporariamente as restrições impostas pelo teto de gastos inscrito na Constituição.

O acordo também deve -ou deveria- passar pela inserção de normas que reforcem a eficácia do teto. A principal seria a regulamentação de controles automáticos para quando as despesas se aproximarem dos limites legais.

Entre eles, proibição de reajustes salariais e progressões de carreira para o funcionalismo, além do corte de incentivos tributários.

Parecem descartadas, no quadro atual de urgência, medidas mais drásticas e controversas que exigiriam longa negociação política, como cortes de salários e jornadas de **servidores públicos** e a desindexação de gastos sociais.

Bolsonaro, desnecessário dizer, tampouco mostra qualquer disposição para se desgastar com debates como esse -está mais empenhado em exibir demagogia e corporativismo com a intervenção desastrosa na Petrobras.

A tramitação da PEC deverá ser acelerada, com a possibilidade de votação em dois turnos no Senado antes do final do mês e na Câmara em seguida. Havendo bom andamento político, o processo poderá ser finalizado em março.

Quanto ao auxílio, ainda não há clareza quanto a valores e abrangência, mas a julgar pelos sinais emitidos até agora o desenho final será mais restritivo do que o vigente no ano passado, agora com dispêndio total de até R\$ 50 bilhões.

Seria impensável, afinal, uma nova liberação acima dos R\$ 300 bilhões como a de 2020, que acabou se mostrando mal direcionada.

Confirmados esses termos finais, o resultado pode ser considerado satisfatório se as contrapartidas fiscais forem robustas o bastante.

O urgente, no momento, é evitar um colapso da renda enquanto a vacinação ainda não surte efeito sobre os números diários de mortes pela Covid-19; entretanto também é imprescindível indicar, desde já, que não haverá um colapso das finanças públicas e da economia.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49445>

Time de Guedes tenta manter novo auxílio emergencial em até R\$ 300

Bernardo Caram e Renato Machado

O Congresso deve colocar em votação nesta semana a proposta que promove ajustes nas contas públicas como parte do acordo para liberar o pagamento de uma nova rodada do auxílio emergencial.

As discussões se afinaram para um modelo com três ou quatro parcelas entre R\$ 250 e R\$ 300 para a assistência. Inicialmente, o Ministério da Economia defendia o valor de R\$ 200.

Está prevista para esta segunda-feira (22) a apresentação do relatório da PEC (proposta de emenda à Constituição) do Pacto Federativo. O texto traz gatilhos que acionam cortes de gastos públicos.

A ideia do governo e de líderes partidários é que a PEC seja votada no plenário do Senado já na quinta-feira (25).

Embora líderes do Congresso tenham afirmado que a nova rodada do auxílio não será diretamente condicionada a contrapartidas no Orçamento, a equipe econômica quer compensar o custo da assistência a médio e longo prazos.

O argumento é que a despesa vai impactar a dívida pública e precisa ser acompanhada de uma correção de rumos no Orçamento e, por consequência, na economia.

Por isso, membros da pasta afirmam que não haveria problema em ampliar o custo do programa, desde que as medidas de compensação também sejam ampliadas.

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) reconhece a resistência de deputados e senadores a aprovar cortes orçamentários. Por isso, afirma que a ideia é construir uma proposta com uma cesta mínima necessária de ações para equilibrar o horizonte fiscal.

O relator da PEC, senador Márcio Bittar (MDB-AC), tem reunião programada com técnicos do Ministério da Economia para a manhã desta segunda-feira (22).

Em 2020, ao negociar o auxílio emergencial, o governo foi vencido pela pressão de congressistas e aumentou o valor das parcelas. Isso gerou uma

explosão de gastos públicos.

No ano passado, após proposta inicial de R\$ 200 do Ministério da Economia, o Congresso fechou acordo para aumentar a parcela para R\$ 500. Depois, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) autorizou o valor de R\$ 600.

Com renovações do benefício, que teve parcelas reduzidas para R\$ 300 até ser encerrado em dezembro, o custo total ao Tesouro ficou em quase R\$ 300 bilhões. O valor não foi compensado porque foram retiradas amarras do Orçamento.

Neste ano, as regras fiscais foram retomadas. O governo passou a negociar, então, a criação de uma cláusula de calamidade pública que poderá ser acionada em momentos de crise, como agora.

Nesses casos, o Executivo é autorizado a gastar mais. Ao mesmo tempo, são acionados gatilhos de ajuste fiscal.

As principais medidas avaliadas pelo relator estão relacionadas a gastos com **servidores públicos**.

A PEC original do governo, usada como base pelo senador, prevê a proibição de reajustes, criação de cargos, reestruturação de carreiras, concursos ou criação de verbas indenizatórias. O texto ainda autorizava a redução de jornada de até 25% da jornada de trabalho e salário do funcionalismo. Esse ponto enfrenta resistência de congressistas e pode ficar fora do relatório final.

Na elaboração da medida, a estratégia da equipe econômica foi fixar opções de custo do auxílio, associadas a alternativas de ajuste fiscal. As propostas foram debatidas com líderes partidários.

O gasto com a nova rodada da assistência pode ficar em R\$ 40 bilhões. Para membros da pasta, é muito melhor para o governo um gasto desse volume acompanhado de medidas de ajuste do que uma despesa menor sem contrapartidas.

Não haverá nova medida de compensação em 2021, porque os salários de **servidores públicos** já estão congelados até o fim deste ano.

As novas tesouradas no Orçamento devem valer para 2022. Elas poderão ser acionadas outras vezes, futuramente, caso o governo enfrente novas crises agudas.

Na quinta-feira (18), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse que a aprovação da PEC não será uma contrapartida ao gasto com a assistência, mas sim um sinal de que o governo e o Congresso entendem ser necessário ter responsabilidade fiscal

"A aprovação permitirá criar uma cláusula de calamidade para que se tenha a brecha necessária para termos o auxílio emergencial no Brasil", disse.

Um membro do Ministério da Economia afirma que a preocupação da pasta não está diretamente ligada ao valor do auxílio. A atenção, segundo ele, está voltada ao controle das contas públicas nos próximos anos.

Um dos formuladores da proposta usa como exemplo um cenário considerado extremo e improvável, com retorno do auxílio de R\$ 600. Nesse caso, poderia ser necessário colocar na proposta inclusive cortes de salários de **servidores públicos**.

O custo final do programa também depende da decisão política sobre o tamanho do público atendido.

Um dos modelos da pasta, por exemplo, previa o pagamento de parcelas de R\$ 300 para 20 milhões de pessoas. Se o valor fosse de R\$ 250, seria possível aumentar o público atendido.

Para convencer os congressistas, o governo argumenta que a situação fiscal do país atingiu o momento mais delicado dos últimos tempos e que, se não houver uma correção, o impacto final será a elevação das taxas de juros e uma alta da **inflação** e do desemprego, prejudicando os mais pobres.

A Economia tenta aprovar a PEC do Pacto Federativo desde o fim de 2019, mas a proposta ficou travada no Congresso. Agora, com o auxílio emergencial, a pasta aposta ter uma importante moeda de troca para convencer os deputados e senadores.

Auxílio e ajustes

O que é o auxílio emergencial

Assistência paga a trabalhadores informais durante a pandemia do novo coronavírus em 2020, com parcelas de R\$ 600, depois prorrogadas no valor de R\$ 300.

Mulheres chefes de família recebiam o benefício em dobro. Pagamentos foram encerrados em dezembro

Qual o acordo fechado entre governo e Congresso

Parlamentares se comprometeram a votar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do Pacto Federativo, que retira amarras do Orçamento e traz gatilhos de ajuste fiscal. Com essa sinalização de correção de rumos nas contas públicas, o governo aceita liberar uma nova rodada do auxílio emergencial

Formato do novo auxílio

A assistência deve ser paga a partir de março, por três ou quatro meses. O valor em discussão para as parcelas está entre R\$ 250 e R\$ 300. Governo ainda avalia número de beneficiados

Ajuste fiscal

Governo colocou em negociação medidas presentes na PEC do Pacto Federativo, que seriam acionadas em momentos de calamidade. Pontos ainda não foram apresentados, mas estão entre as opções:

União, estados e municípios não poderiam promover funcionários (com exceções)

Ficariam impedidos reajustes, criação de cargos, reestruturação de carreiras, concurso ou criação de verbas indenizatórias

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

R\$ 40 bilhões

É o custo estimado para o programa pelo Ministério da Economia nos momentos finais da negociação.

Pasta defende ampliação de medidas de ajuste fiscal se despesa com o programa for ampliada

Governo atual se alimenta do combate a inimigos imaginários

Marcos Lisboa

A demissão do presidente da Petrobras pode tornar ainda mais difíceis os meses à frente. O equívoco da decisão, e a sua forma truculenta, adiciona uma pedra de sal em uma economia já conturbada.

O câmbio depreciado, em meio a uma estrutura tributária disfuncional, é o responsável pelo aumento do preço dos combustíveis acima da valorização do preço do petróleo no mercado mundial.

A culpa é exclusiva mente nossa. A falta de uma agenda consistente para enfrentar a pandemia e os problemas estruturais da economia resultaram em uma alta da taxa de câmbio bem maior do que nos demais países.

Há muito se sabe das nossas distorções tributárias, e há propostas na Câmara para corrigi-las. Mas o governo nunca soube por onde seguir. A inação do Planalto resultou nesta quadratura do círculo.

Os preços continuam a subir, e os dos combustíveis aumentam ainda mais em razão do câmbio. O desemprego permanece elevado. A incerteza sobre os rumos da economia tem resultado em taxas de juros de longo prazo mais altas. A **inflação** preocupa e, em pouco tempo, o BC terá que aumentar a Selic na contramão da imensa maioria dos Bancos Centrais dos demais países.

A intervenção truculenta na Petrobras foi um desastre, mas apenas reproduz velhos vícios. Tem sido frequente, na nossa história, acreditar que os problemas se resolvem com uma canetada do presidente.

Quantas vezes já interferimos nos preços dos combustíveis e no setor elétrico acreditando que, assim, conseguiríamos a mágica de baixa **inflação** e preços acessíveis?

Deu errado, seguidamente. E a conta sempre cai no colo da população, que se vê obrigada a pagar preços mais caros por serviços essenciais.

A oferta adequada de energia é o resultado de investimentos de longo prazo. Isso requer uma agenda de governo, incluindo instituições consolidadas, que

garantam as regras do jogo e que viabilizem a participação do setor privado.

Quem vai investir em um Brasil que, frente a problemas corriqueiros, intervém arbitrariamente em empresas com acionistas privados?

Melhor buscar outros países. Daí a nossa taxa de câmbio estar tão depreciada.

Se o governo quer atender aos caminhoneiros, deveria utilizar recursos do Tesouro para subsidiar o preço do diesel. Desse modo, faria a política pública com transparência, sem impor, arbitrariamente, perdas aos acionistas minoritários da Petrobras.

Da forma como se anuncia a intervenção, vai ficar cada vez mais difícil encontrar investidores dispostos a confiar no país. Mesmo, entretanto, que a opção tivesse sido por um mecanismo menos oportunista, a intervenção no preço dos combustíveis seria algo estranho. Afinal, estamos em tempos de aquecimento global, de preocupação justificada com o meio ambiente e de falta de recursos para o auxílio emergencial.

O governo teria menos com o que se preocupar, contudo, caso tivesse adotado uma política econômica consistente e sustentável durante a pandemia. Isso teria evitado a grande desvalorização cambial, e seu impacto sobre o preço dos combustíveis.

Melhor ainda se tivesse pro -posto adicionalmente uma **reforma tributária** que garantisse que todas as decisões de consumo fossem igualmente oneradas, em vez do regime atual, que penaliza demasiadamente a energia.

O governo descuidou, além disso, da agenda de reformas para controlar o crescimento do gasto público obrigatório, o que facilitaria acomodar o auxílio emergencial sem aumentar, ainda mais, a dívida pública, que pode sair de controle.

Frente à sua própria incapacidade para tratar dos problemas estruturais, o Planalto sucumbiu, novamente, à força bruta. Não dará certo.

O semestre será difícil, com **inflação** alta e desemprego. Em meio a tudo isso, os números oficiais

de vacinas parecem distantes da realidade. A tragédia se confirma com a incompetência na saúde se somando à da economia.

Difícil gerar empregos e ampliar a oferta de serviços essenciais sem a segurança de que não haverá oportunismo por parte do xerife de plantão que interfere em empresas de capital aberto e que se utiliza de instrumentos da ditadura para constranger quem o critica pela imprensa.

A democracia e a economia se beneficiam de instituições fortalecidas e de regras do jogo que garantam a boa gestão, as divergências de ideias, o empreendedorismo e as inovações.

O Planalto, contudo, parece incapaz de compreender os desafios da gestão pública. Em vez de cuidar dos problemas, repete o velho mantra do populismo, optando por inventar teses coespiratórias.

O atual governo se alimenta do combate a inimigos imaginários. Já foram os comunistas, a China, governadores, o Supremo, a imprensa, alguns ministros e presidentes de empresas públicas, como o BNDES. Agora foi a vez da Petrobras. Quem será o próximo inimigo inventado pelo Palácio para justificar os seus fracassos?

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Com uso intenso do plenário virtual, STF faz "reforma tributária" silenciosa

Eduardo Rodrigues Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

Enquanto o Congresso Nacional praticamente paralisou a agenda de reformas desde o começo da pandemia da covid- 19, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem feito uma **reforma tributária** silenciosa por meio dos julgamentos no plenário virtual da Corte. Tributaristas e entidades do Direito reclamam, no entanto, da falta de debate e transparência nessas decisões, que têm alterado a jurisprudência sobre a cobrança de diversos **impostos**.

As principais reclamações dizem respeito às decisões consideradas "confusas" - baseadas em uma miscelânea de votos, em um julgamento considerado desarticulado - e à alteração de jurisprudência em casos tributários de repercussão geral. Matérias envolvendo a cobrança do ICMS estadual, do ISS municipal e de contribuições federais sobre os quais já havia um entendimento baseado em decisões anteriores de cortes superiores - como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o próprio STF - acabaram tendo mudança de interpretação nos julgamentos virtuais em meio à pandemia.

Entre os casos com mudanças em relação à jurisprudência anterior, o Supremo passou a considerar legítima a incidência de contribuição previdenciária patronal sobre o valor pago ao trabalhador referente ao terço constitucional de férias. Até então, a cobrança não era possível.

Houve ainda diversas decisões que mudaram as regras sobre o aproveitamento de créditos de ICMS, alterando até prazos que já eram considerados pelas empresas para o início das compensações. Em uma decisão sobre a incidência do tributo estadual sobre importações de bens por contribuintes não habituais, o STF teve até entendimentos diferentes para a validade de normas idênticas dos Estados de São Paulo e do Paraná.

Em um caso sobre o ISS municipal, o plenário virtual trouxe votos considerando constitucional a cobrança do tributo sobre a atividade de exploração de jogos e apostas (loterias, bingos, pules, sorteios, prêmios), o que iria de encontro à jurisprudência anterior.

Para o presidente da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF), Gustavo Brigagão, a superação da

jurisprudência - ou "overruling", no jargão do Direito - só deve ocorrer quando há uma situação extrema, com mudança de pressupostos fáticos ou alterações em leis.

"Mesmo que haja um argumento forte, isso não basta para alterar todo um entendimento que vinha sendo aplicado pelos tribunais. Essa jurisprudência é a base da segurança jurídica entre os contribuintes e os cobradores de **impostos**", diz. "O STF está adicionando mais insegurança a um sistema tributário que já é confuso e complexo.

Fundamentos que existiam há décadas foram ultrapassados, com entendimentos opostos. Isso é ruim para o investidor estrangeiro, para o empreendedor brasileiro e para o próprio fisco." Virtual. O plenário virtual é uma ferramenta online que permite que os ministros decidam sobre casos com apenas um clique, longe dos olhos da opinião pública e das transmissões da TV Justiça. Seu uso foi intensificado durante a presidência do ministro Dias Toffoli, que aumentou os tipos de processos que podem ser julgados dessa forma. Com o avanço da pandemia, aumentou o número de processos assim analisados.

"Frente à pandemia, o virtual aflorou com eficácia produtiva ímpar", disse ao Estadão o ministro do STF Marco Aurélio Mello. O ministro já foi uma das vozes mais resistentes à nova tecnologia, mas hoje defende a plataforma. "O julgamento virtual, ante a necessidade de conciliar celeridade e conteúdo, é, consideradas as discussões intermináveis no plenário físico, o meio de entregar-se a prestação jurisdicional", afirmou.

No fim de 2020, 11 entidades - incluindo a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - enviaram uma carta aberta ao STF alertando para os "efeitos nocivos dos julgamentos virtuais na adequada formação e compreensão de precedentes em matéria tributária".

O documento também foi entregue em mãos ao atual presidente do Supremo, Luiz Fux.

Para Thomaz Pereira, professor de direito constitucional da FGV Direito Rio, o plenário virtual tem qualidades que o físico não tem. "Ele certamente é pior no sentido de ter menos deliberação, mas tem a

vantagem de permitir que os outros ministros escrevam seus votos, reagindo ao voto do relator, tendo tempo para isso", disse, destacando que os julgamentos no plenário virtual ocorrem ao longo de vários dias, o que permite que os ministros formem suas convicções nesse período.

No plenário físico, por exemplo, muitas vezes os ministros só sabem como os relatores vão votar na hora do julgamento, o que pode contribuir para os julgamentos serem interrompidos por pedidos de vista. "Como ambos os sistemas têm suas imperfeições, é mais a gente pensar quais os processos que se beneficiariam mais por estar em cada um dos sistemas", comentou.

Procurado, o STF respondeu que o plenário virtual tem ajudado na celeridade das decisões e permitiu que a corte não paralisasse seus trabalhos durante a pandemia da covid-19.

"A ampliação das competências do plenário virtual é recente e, por ser novidade, isso pode gerar dificuldades de adaptação por parte de alguns atores envolvidos.

A Suprema Corte compreende e está sempre aberta para sugestões que possam melhorar o andamento dos processos internos", acrescentou o STF.

O Supremo reiterou que o ministro Fux está em constante diálogo com os demais ministros sobre o funcionamento do plenário virtual. "É importante ressaltar que qualquer ministro pode pedir destaque de processos do virtual para julgamento no plenário físico, atualmente realizado por videoconferência por conta da pandemia. Basta um único ministro solicitar para o julgamento ser suspenso e permitir sustentações orais e debates, por exemplo", concluiu.

Direção

"Fundamentos que existiam há décadas foram ultrapassados (em julgamentos virtuais no Supremo), com entendimentos opostos."

Gustavo Brigagão PRESIDENTE DA ABDF

PARA ENTENDER

Como funciona o plenário virtual

Os julgamentos no plenário virtual do Supremo Tribunal Federal ocorrem semanalmente.

Lá, o relator deposita o seu voto e os seus colegas decidem se o acompanham (com ressalvas ou não) ou se divergem. Advogados gravam suas sustentações

orais, que são colocadas à disposição do público e dos ministros. No entanto, diferentemente das sessões presenciais ou por videoconferência, não há espaço para a troca de ideias e debates - e nem para as intervenções por parte dos advogados.

"É o pior dos mundos. Se já é muito ruim haver uma superação de decisão em si, imagina esta situação sem debate, em dezenas de julgamentos.

Às vezes, são sete ou oito decisões por dia, o que seria impossível no plenário presencial", diz Gustavo Brigagão, presidente da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF). "É óbvio que o ministro não lê tudo.

Elogiamos esse lado bom da agilidade e produtividade do STF em meio à pandemia.

Mas se for a esse custo, é melhor trazer de novo a lentidão, que estava muito boa." Entre as decisões consideradas "confusas" pelos especialistas há dois casos sobre a cobrança do ICMS sobre energia elétrica. A decisão sobre a constitucionalidade da cobrança do IOF sobre operações de factoring também teria ficado incompleta. Outro caso cuja decisão não teria ficado clara para os tributaristas diz respeito à inclusão dos valores retidos pelas operadoras de cartão de crédito e débito na base de cálculo do PIS/Cofins devido pelas empresas que recebem por esses meios de pagamentos. Decisões sobre imunidade no ITBI e seletividade no IPTU também suscitaram dúvidas entre os especialistas.

Para o tributarista Roberto Duque Estrada, sócio da BDE Advogados, enquanto o Congresso se enrola nas diversas propostas de **reforma tributária** que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado, o STF tem tocado uma pauta tributária que estava represada há anos. "O problema é que não há um grande tributarista entre os ministros do STF. O último ministro com destaque nessa área foi o Teori Zavascki (falecido em 2017). Mesmo com uma fragilidade muito grande em relação a isso, o STF resolveu aproveitar a pandemia para limpar a pauta", avalia.

Os advogados questionam ainda o fato de diversos ministros contarem em seus gabinetes com assessores que na verdade são procuradores da Fazenda Nacional ou das Fazendas estaduais cedidos ao STF. "São profissionais qualificados, mas que ainda têm suas posições jurídicas vinculadas a seus órgãos de origem.

Então é claro que vão ter posição contrária ao contribuinte."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tributação sobre serviços na produção mobiliza a indústria

Lu Aiko Otta e Maria na Ribeiro De Brasília

Diante da participação cada vez maior dos serviços na produção brasileira, a tributação incidente sobre a compra desses itens entrou no radar do governo e das empresas. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) dialoga com o Ministério da Economia sobre formas de evitar que a taxaço sobre serviços siga impactando os preços dos produtos exportados pelo Brasil. Estima-se que de 2014 a 2019 eles tenham representado até R\$ 196 bilhões nas vendas para o exterior, que somaram R\$ 4,3 trilhões no período.

"Não podemos exportar **impostos**", afirmou ao Valor o diretor de Desenvolvimento Industrial e Economia da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi. A proposta da entidade é criar um mecanismo similar aos que já existem para mercadorias, como o Drawback e o Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado (Recof), para os serviços nacionais e importados voltados a itens destinados ao mercado externo.

A desoneração de serviços é um elemento cada vez mais importante da agenda de competitividade da indústria, comentou. A participação dos serviços no valor da produção da indústria de transformação passou de 9,2% em 2005 para 23,7% em 2015.

O arcabouço tributário precisa acompanhar essas mudanças para que não seja empecilho à modernização da indústria, à competitividade, nem à chegada da indústria 4.0, que agregará um volume ainda maior de serviços e inteligência aos produtos. Esse é o centro da atenção da CNI, ao elaborar a proposta.

A anulação da cobrança dos três **tributos** mais pesados, PIS/Cofins, Cicie Remessas e ISS, daria às exportações brasileiras um ganho de competitividade médio de 4,6%, podendo chegar a 7% nos setores mais intensivamente exportadores, aponta estudo da CNI.

Essa é a proposta que será debatida nesta segunda-feira com o secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Roberto Fendt, e outros integrantes da pasta em um seminário sobre servicificação promovido pela confederação.

Em nota, o Ministério da Economia afirmou que sua atuação tem sido pautada por iniciativas que promovam o aumento da inserção internacional da economia e que o acesso a serviços de maior qualidade a custos reduzidos por parte do setor produtivo "desempenha um papel fundamental" para impulsionar a produtividade e competitividade das exportações.

A pasta também confirmou que "vem estudando e dialogando com o setor privado sobre a adoção de medidas que diminuam os custos para a aquisição de serviços vinculados à produção e comercialização de bens exportados".

"Sentimos uma disposição positiva", disse Abijaodi, ao falar sobre discussões técnicas já realizadas no ministério sobre a proposta. Num momento em que a crise fiscal pressiona na direção contrária à eliminação de **tributos**, ele pondera que a medida é importante para a inserção internacional do Brasil, um dos principais itens do programa econômico do governo. Tem impacto também no aumento das exportações e na recuperação da atividade. Os benefícios econômicos são o argumento também para justificar a eliminação do ISS pelas prefeituras.

O mecanismo de desoneração na importação e compra local de serviços para a produção destinada à exportação proposto pela CNI é uma resposta a essa nova realidade, disse a gerente de Diplomacia Empresarial e Competitividade do Comércio da CNI, Constanza Negri Biasutti.

É também uma forma de reduzir a discrepância em relação a outros países. "O Brasil destoa muito do mundo", afirmou. Aqui, a importação de serviços sofre a incidência de seis **tributos**, enquanto outros países não cobram nada. **Impostos** e contribuições representam quase 60% do valor líquido do serviço. Nas compras locais, há três diferentes taxaço. São, além disso, **tributos** cumulativos. Ou seja, pesam mais quanto mais longa for a cadeia de produção. Outro problema é a complexidade das regras.

Abijaodi comentou que a CNI apoia a **reforma tributária**, que eliminaria pelo menos em parte o problema da cumulatividade. No entanto, a proposta da CNI continua necessária mesmo num cenário de

aprovação. Primeiro, porque os desenhos de **reforma tributária** que estão em exame preveem longos prazos de transição. E nenhuma delas elimina a Cide Remessas, um tributo criado para estimular a produção de tecnologia local.

Head da área tributária da AGCO no Brasil - fabricante e distribuidora de equipamentos e soluções agrícolas - , Rafael Dornelles reforçou que, embora ainda seja alto o peso dos materiais, a participação dos serviços no custo final vem crescendo cada vez mais. E, para ele, a tendência é que esse processo se acentue. "Se a prestação de serviços, especialmente para os exportadores, é muito carregada de **tributos**, ela gera ineficiência", defendeu.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186699

Servicificação

Cresce participação dos serviços na produção e tributação entra no radar

■ Crescendo - % de serviços sobre valor da produção



■ Pesada - Tributação sobre serviços importados

Tributo	Base de cálculo*	Alíquota	Montante pago	% valor do serviço	% valor da contratação
IRRF	1.428,57	15%	214,29	21,40%	15%
Cide remessas	1.428,57	10%	142,86	14,30%	10%
ISS importação	1.428,57	5%	71,43	7,10%	5%
PIS/Cofins importação	1.652,89	9,25%	152,89	15,30%	10,70%
IOF câmbio	1.142,86	0,38%	4,34	0,40%	0,30%
Total	-	-	585,81	58,60%	41%
PIS/Cofins+ISS+Cide	-	-	367,18	36,70%	25,70%

Fonte: estudo encomendado pela CNI à LCA Consultores. *valor pago ao prestador por um serviço de 1.000,00. Diferença são tributos retidos na fonte: IRRF, Cide remessas e ISS.

Negar as conquistas e disfarçar as deficiências (2)

Vinícius Lummertz, Secretário de Turismo do estado de São Paulo, ex-ministro do Turismo (2018, governo Temer) e ex-presidente da Abrasel (2015-18)

Precisamos refundar o Brasil, defendeu neste espaço o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci, no artigo "Lição de Tóquio para São Paulo e o Brasil" (9.fev.21). Concordamos. Seus argumentos, contudo, beiram a ingenuidade intelectual, colocando a categoria que representa próxima ao populismo.

Rasa, a proposta de refundação do país usa como parâmetro as diferenças de gestão da crise da Covid-19 entre o governador João Doria (PDSB-SP) e a governadora de Tóquio (Japão), Yuriko Koike. Perde o fôlego, logo de início, ao elencar aspectos culturais, legais e econômicos dos dois países.

Por uma questão de delicadeza e respeito, não avaliaremos o trabalho da governadora Yuriko Koike. São Paulo e Japão têm uma história secular de amizade que não se presta ao uso amesquinhado.

Desde o início da pandemia o estado de São Paulo se mantém firme e coerente, com decisões baseadas na ciência. O foco é preservar vidas, evitar o colapso e voltar ao normal.

São Paulo investiu nas soluções mais racionais e possíveis. Nove de cada dez vacinas contra a Covid-19 aplicadas no Brasil saem do Instituto Butantan. Para os negacionistas isso não tem valor, o que expõe a inaptidão e irresponsabilidade dos argumentos. A preocupação com a autossuficiência vacinal sequer foi lembrada pelo presidente da Abrasel.

Diferente do aventado, as atividades econômicas foram preservadas ao máximo, considerando, sempre, suas peculiaridades e riscos. Indústria e construção civil, por exemplo, não pararam.

Outras, com maior interação humana, tiveram restrições parciais, momentâneas e necessárias, revistas sempre que fosse seguro. Bares e restaurantes, em grande parte, estão funcionando até as 22h, resultado da última revisão.

A gestão cuidadosa, incluindo o acompanhamento de perto das atividades econômicas, tem se mostrado

correta, salvando vidas e apresentando resultados. Enquanto se prevê uma queda de mais de 4% no Produto Interno Bruto do Brasil, em São Paulo a expectativa é de crescimento de 0,3% no fechamento de 2020. No segundo semestre do ano passado, o estado empreendeu uma reforma administrativa, modernizou sua máquina e se preparou para investir e voltar a crescer em 2021.

Os palpites do presidente da Abrasel revelam sua verdadeira intenção: fazer proselitismo político com as dificuldades de quem tem a obrigação de decidir com responsabilidade. Sobre o aumento de **impostos**, trata-se da diminuição temporária de benefícios, parte de um esforço coletivo para mantermos a saúde e o dinamismo econômico para a retomada do desenvolvimento.

Se o estado se sair mal, prejudica todo o Brasil. Não é o que está acontecendo. Os hospitais paulistas têm pacientes de todo o país, as vacinas se espalham e existe diálogo com as entidades representativas. Desde o início da pandemia, construímos protocolos e negociamos pacotes de ajuda.

São Paulo busca fazer a sua parte. Fomos o maior repassador de crédito em linhas federais emergenciais do Brasil. Como se vê, ao querer ser crítico, o presidente da Abrasel não é sequer construtivo. Feitos os contrapontos, o que sobra é um panfleto.

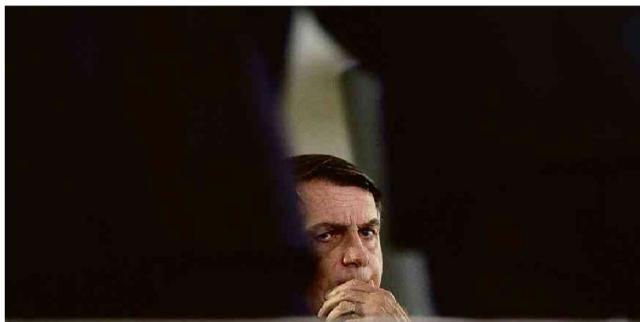
[...] Os palpites do presidente da Abrasel revelam sua verdadeira intenção: fazer proselitismo político com as dificuldades de quem tem a obrigação de decidir com responsabilidade. Sobre o aumento de **impostos**, trata-se da diminuição temporária de benefícios, parte de um esforço coletivo para mantermos a saúde e o dinamismo econômico

Vinícius Lummertz, Secretário de Turismo do estado de São Paulo, ex-ministro do Turismo (2018, governo **Temer**) e ex-presidente da Embratur (2015-18)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49445>

Bolsonaro pressiona por redução na luz com R\$ 70 bi de fundo e tributos



O presidente Jair Bolsonaro, que disse no sábado (20) que irá 'meter o dedo na energia elétrica' Pedro Ladeira - 8.fev.21/Folhapress

Julio Wiziack, Bernardo Caram

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) pressiona as equipes econômica e de energia por medidas para baixar a conta de luz. A ideia é usar R\$ 70 bilhões de um fundo setorial e **tributos** federais para reduzir tarifas.

O movimento é feito atento à reeleição. A investida ocorre após a intervenção política na Petrobras.

Na sexta-feira (19), o presidente indicou o general Joaquim Silva e Luna para comandar a estatal em substituição ao economista liberal Roberto Castello Branco.

Neste ano, o reajuste tarifário estimado pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) será de cerca de 13%. No sábado (20), Bolsonaro afirmou que vai "meter o dedo na energia elétrica, que é outro problema também".

O presidente disse que mais mudanças ocorrerão nesta semana. A promessa foi feita um dia após ter anunciado a troca de presidência na Petrobras.

"Assim como eu dizia que queria me derrubar na pandemia pela economia fechando tudo, agora resolveram me atacar na energia", disse Bolsonaro a apoiadores em Brasília.

Assessores do Planalto afirmam que uma das propostas para conter a alta é a destinação de R\$ 20 bilhões do Orçamento do governo para a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) -fundo setorial financiado por consumidores para criar políticas públicas, como redução de tarifas, especialmente para os mais pobres.

As discussões no momento giram em torno da manobra fiscal necessária para permitir uma injeção de recursos desse porte no momento em que o governo também pretende estender o auxílio emergencial para aqueles que ainda sofrem os efeitos da pandemia do coronavírus.

Essa medida deverá ser combinada com outra já em curso na Aneel. A agência reguladora estuda como será a devolução de cerca de R\$ 50 bilhões pagos a mais pelos consumidores nas contas de luz.

Esse valor foi cobrado a mais pela incidência de PIS e Cofins sobre o ICMS das tarifas de energia. Em março de 2017, o STF (Supremo Tribunal Federal) reconheceu a cobrança como indevida e determinou a devolução.

A Aneel está calculando de que forma essa devolução será feita. Recentemente, o diretor-presidente da agência, André Pepitone, afirmou que esse recurso pode promover uma redução tarifária de 27,8%.

A proposta, segundo ele, é que isso ocorra ao longo de cinco anos. Daria então uma queda de 5% ao ano.

Ainda segundo interlocutores, Bolsonaro quer que essa redução seja mais acelerada nos primeiros anos, por isso cogita o reforço de R\$ 20 bilhões à CDE.

A pressa se deve à campanha pela reeleição. O presidente quer reverter os danos recentes à sua popularidade.

Pesquisa Datafolha no final de janeiro mostrou uma elevação de 8 pontos percentuais na reprovação ao governo, que chegou a 40% e superou novamente a aprovação (que recuou de 37% para 31%).

Essa queda se deve à má condução da política do governo para a vacinação contra a Co-vid-19. Diante disso, a equipe de Bolsonaro, comandada pela ala militar, estuda medidas que possam ajudar a reverter a popularidade do presidente.

A intervenção na Petrobras foi uma dessas ações. Indicado pelo ministro Paulo Guedes (Economia), Castello Branco insistia em manter a estatal livre de qualquer interferência do governo. Com isso, houve pressão para que ele renunciasse. Porém, Castello

Branco não demonstrou disposição para pedir para sair.

Na quinta-feira (18), a Petrobras anunciou reajustes de 10,2% e 15,1% para gasolina -o quarto deste ano- e diesel -terceiro de 2021-, respectivamente, a partir de sexta.

No mesmo dia, Bolsonaro disse que promoveria mudanças na estatal e anunciou isenção de **impostos** federais sobre diesel e gás de cozinha. A ministros, mostrou insatisfação com Castello Branco, considerado "insensível" às altas.

A gota d'água para os militares, ainda segundo assessores, foi a declaração de Castello Branco de que uma possível paralisação dos caminhoneiros por causa do aumento do diesel "não era problema da Petrobras".

Dias antes, Bolsonaro também havia se irritado com outro reajuste, feito pouco antes da eleição da Mesa Diretora do Congresso. Para ele, a medida poderia prejudicar os interesses do governo no Legislativo.

Com a indicação de Luna para presidir a Petrobras, ganha força a ideia de promover amortecimentos de preços nos combustíveis. A medida asaria o caixa da companhia.

Essa foi a estratégia usada pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que tinha no comando da estatal sua "fiel escudeira", Graça Foster.

Naquela época, a petroleira mantinha o preço da gasolina estável subsidiando com o caixa as flutuações dos preços internacionais do petróleo. Desta forma, o governo conseguiu conter a alta da **inflação**.

O caso foi parar na CVM (Comissão de Valores Mobiliários). À época, o conselheiro da Petrobras Mauro Rodrigues da Cunha afirmou em depoimento à autoridade que essa política causou um dano de \$ 100 bilhões à companhia entre 2014 e 2015.

Cunha ainda é conselheiro da estatal, indicado pelos acionistas minoritários.

Com o arranjo no setor elétrico, Bolsonaro pode repetir o que fez Dilma em 2013, quando anunciou um desconto de 18% nas tarifas residenciais e de 32% nas tarifas comerciais, contrariando a tendência de alta então revelada pelo secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann.

Dilma justificou a redução com a entrada em operação de novas linhas de transmissão, que colocariam mais

energia no sistema. Com mais oferta, a lógica era a de que o preço tenderia a baixar.

Bolsonaro quer baixar a tarifa gastando mais recursos do Orçamento. Caso essa medida seja levada adiante, será mais um revés para Guedes, que vem perdendo a queda de braço com a ala militar que tenta promover uma agenda populista.

O chefe da Economia era contrário à concessão de mais uma rodada de auxílio emergencial para aqueles que ainda sofrem os efeitos da pandemia. Foi voto vencido, e o governo estuda de que forma viabilizar o benefício.

A saída de Castello Branco é outro golpe na política liberal que ajudou a eleger Bolsonaro com a promessa de redução do papel do Estado, reformas estruturantes e privatizações.

Como reduzir a conta de energia elétrica

Bolsonaro quer conter alta de 13% prevista para este ano

Qual é o plano?

Destinar R\$ 20 bilhões do Orçamento para a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) para ampliar descontos que virão com outra medida, a devolução escalonada de R\$ 50 bilhões pagos a mais pelos consumidores

O que é a CDE e como ela reflete nas contas?

É um fundo financiado por contribuições de todos os consumidores para promover o desenvolvimento energético. Seus recursos ajudam a bancar políticas públicas como a concessão de descontos nas tarifas

Por que o consumidor pagou R\$50 bilhões a mais?

Havia cobrança de PIS e Cofins **-tributos** federais sobre o ICMS, um tributo estadual, que incide nas contas de energia elétrica. O STF decidiu que essa cobrança é indevida e determinou a devolução desse valor.

Como será essa devolução?

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) estuda dividir essa devolução em cinco anos, o que daria, em média, uma redução de 5% na tarifa de cada ano. A redução total estimada pela Aneel é de 27,8% no período

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Medidas duras para superar o maior desafio desta geração (2)

Henrique Meirelles, ECONOMISTA, SECRETÁRIO DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, FOI MINISTRO DA FAZENDA (2016-2018), PRESIDENTE DO BC (2003-11) E PRESIDENTE MUNDIAL DO BANKBOSTON

Todos se vão lembrar de 2020 como provavelmente o ano mais difícil de sua vida. Pela primeira vez em um século, a população mundial foi exposta a uma ameaça à sobrevivência. A crise gerada pelos efeitos da covid- 19 na economia é inédita.

Nós temos experiência no enfrentamento de crises econômicas.

Enfrentei algumas delas como presidente do Banco Central (BC) e ministro da Fazenda. Mas esta é uma crise cuja causa não é econômica, mas sanitária. Superá-la é o desafio desta geração.

A primeira etapa é a vacinação em massa. Todos esperávamos começar o ano com a pandemia, se não superada, ao menos atenuada. Mas começamos em meio a uma nova onda de contaminações, que exige medidas restritivas no mundo.

A despeito de discursos negacionistas, temos os fatos: sem vacina não há volta do crescimento econômico.

Graças aos esforços do governo do Estado e à competência dos servidores do Instituto Butantan, São Paulo está em condições de vacinar sua população com a Coronavac. Porém, diante das dificuldades do governo central em adquirir doses suficientes de vacina para todos os brasileiros, as projeções sobre crescimento neste ano são incertas.

A segunda etapa é fazer a economia crescer, sem descuidar dos cidadãos. Essa meta em particular exigirá muito dos gestores públicos em 2021. O governo federal enfrenta o desafio de incentivar a economia, mas cumprindo rigorosamente o teto de gastos. O melhor programa de assistência social que existe é a criação de empregos.

Para isso é necessário que a economia cresça, o que demanda controle da dívida pública.

Se ela continuar crescendo de forma insustentável, teremos aumento da incerteza, do risco País e da taxa

de juros.

A solução virá apenas com um forte programa de reformas estruturais, a administrativa e a tributária, além da PEC emergencial e das privatizações.

A pior situação possível seria sair da crise sanitária e entrar numa crise fiscal.

A outra frente é relacionada às finanças estaduais. A arrecadação de **impostos** é diretamente impactada pela atividade econômica, ainda incerta.

Por sua vez, as despesas tendem a ser maiores, pelos gastos com saúde. Essa conjunção negativa pressiona os Estados.

Ao contrário do governo federal, Estados não podem emitir títulos para captar recursos.

Restam, então, duas alternativas: cortar gastos e buscar mais receitas via corte de benefícios fiscais.

O governo de São Paulo, com apoio da Assembleia Legislativa, aprovou uma reforma da previdência que vai poupar R\$ 58 bilhões em 15 anos.

Aprovou uma reforma administrativa que prevê a extinção de empresas estatais, realocação de recursos e demissão de servidores não estáveis. É uma reforma dura, para cortar despesas.

Aprovou ainda um programa de redução linear de 20% nos benefícios fiscais, para aumentar a receita do ICMS por 24 meses. Alguns dos benefícios estão em vigor há mais de 20 anos. No conjunto, faziam o Estado abrir mão de R\$ 43 bilhões anuais, que poderiam ser direcionados à população.

Houve o cuidado de preservar os itens da cesta básica, que afetam a população carente.

Alterações em **impostos** provocam desgaste. Aberto ao diálogo, o governo ouviu diversos setores e fez ajustes. Reduzir benefícios e cortar gastos neste momento é questão de responsabilidade.

A defesa de medidas de responsabilidade fiscal é inglória.

Uma gestão com as contas em dia proporciona uma normalidade com que os cidadãos se habitam, de modo que nem notam os efeitos positivos. Infelizmente, temos muitos exemplos de falta de responsabilidade fiscal. Entre 2011 e 2015, o governo federal ampliou a concessão de subsídios e renúncias fiscais com a intenção de incentivar o crescimento.

A combinação disso com o aumento do gasto público levou a uma recessão brutal. Entre maio de 2015 e maio de 2016, o **PIB** recuou 5,2%, a maior recessão da história recente até aquele momento para um país que não estava em guerra. Ainda hoje o governo federal deixa de arrecadar cerca de R\$ 300 bilhões anuais em subsídios, o equivalente a 4% do **PIB**.

São Paulo não passa por problemas financeiros porque tem coragem de tomar medidas duras, como as que toma agora, para manter em ordem as contas públicas. Está entre os Estados mais bem avaliados na área e se mantém rigorosamente dentro dos parâmetros de prudência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Graças a esse cuidado, tivemos recursos para investir na ciência e colher os frutos com a Coronavac.

Todas as esferas de governo precisam manter-se dentro dos limites fiscais. Tenho defendido a ideia de que, após a justificada expansão do gasto público em 2020, é imprescindível a manutenção rigorosa do teto de gastos em 2021 para preservar o futuro da economia.

Se há necessidade de mais gastos sociais, é preciso encontrar espaço dentro do teto.

Para isso é preciso fazer reformas, como São Paulo está fazendo. Não podemos fugir da realidade: momentos dramáticos exigem medidas duras e sacrifícios de todos para podermos sobreviver à pandemia e criar empregos e renda com a retomada econômica.

Henrique Meirelles, ECONOMISTA, SECRETÁRIO DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, FOI MINISTRO DA FAZENDA (2016-2018), PRESIDENTE DO BC (2003-11) E PRESIDENTE MUNDIAL DO BANKBOSTON

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Bolsonarismo radical não se importa com a pauta do País"

André Shalders / BRASÍLIA

ENTREVISTA: Marcelo Ramos, vice-presidente da Câmara dos Deputados

O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), avalia que o bolsonarismo radical atrapalha a agenda econômica do próprio governo de Jair Bolsonaro ao ocupar o tempo do Legislativo com polêmicas como a prisão do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ). No segundo mandato federal, Ramos, de 47 anos, começou sua vida política na esquerda, como filiado ao PC do B. Foi eleito outras duas vezes deputado estadual. Agora, no segundo principal cargo na Mesa Diretora comandada por Arthur Lira (PP-AL), um político aliado ao Palácio do Planalto, o parlamentar se considera "independente" em relação ao governo.

Ele criticou medidas recentes, como os decretos que ampliaram a posse e o porte de armas para caçadores, atiradores e colecionadores. Mesmo diante das divergências, Marcelo Ramos diz que não é o "Hamilton Mourão" de Lira - o vice-presidente da República se notabilizou nos últimos dois anos por discordar em público de Jair Bolsonaro.

I O sr. expressa com frequência opiniões críticas ao governo de Jair Bolsonaro, do qual o presidente da Câmara, Arthur Lira, é aliado. O senhor é uma espécie de Hamilton Mourão de Lira?

Claro que não. Eu sou absolutamente alinhado com o deputado Arthur Lira. Reconheço que o papel de liderança e representação da Câmara é dele, porque ele foi legitimamente eleito para isso. Agora, eu fui para a composição da chapa com o deputado com meu histórico parlamentar e de vida.

O meu histórico é o de um político moderado, independente em relação ao governo Bolsonaro.

I O vice-presidente Mourão também é "independente" em relação ao presidente Bolsonaro.

É absolutamente diferente.

O vice-presidente Mourão foi eleito na chapa; na Câmara são votações individuais. Eu sou absolutamente alinhado ao deputado Arthur Lira.

Acontece que, nas pautas de costumes do governo Bolsonaro, eu não tenho alinhamento com isso.

Ele já sabia disso antes de nós compormos. Não acho que um país que tem 14 milhões de desempregados, mais de 220 mil mortos pela pandemia (na sexta-feira, o total era de 244.765 óbitos), quase 800 mil micro e pequenas empresas fechadas por conta da pandemia, tem que estar discutindo questão de gênero em escola ou arma. Nós temos coisas mais importantes para resolver.

Eu acho que o problema é a hostilidade desse debate de costumes.

I Na quinta-feira, o presidente Arthur Lira foi se encontrar com o Bolsonaro para falar sobre o caso Daniel Silveira (preso por gravar um vídeo com ameaças ao STF). O senhor acha que é adequado consultar o presidente da República sobre como agir quando se trata de um aliado dele?

O caso Daniel Silveira tomou proporções de quase um conflito institucional entre os poderes. É absolutamente natural que os poderes conversem.

O presidente Arthur Lira foi ao presidente Bolsonaro como foi ao ministro (Luiz) Fux.

Na verdade, em um momento de tensão institucional como essa, não só é cabível como é importante que os presidentes dos poderes conversem. Nós precisamos reafirmar nossa independência, mas não podemos perder nossa capacidade de diálogo entre os poderes.

I O tumulto provocado pela prisão Daniel Silveira não seria mais uma vez a ala ideológica do bolsonarismo atrapalhando a agenda legislativa do país?

Certamente. E é importante a gente entender a conjuntura em que isso se deu. O general (Eduardo) Villas Bôas dá uma declaração extemporânea, três anos depois do fato; o ministro (do STF Edson) Fachin reage também de forma extemporânea, três anos depois do fato, e o deputado (Daniel Silveira) se apega nisso para criar um factóide que toma as proporções que tomou e paralisa o País. Nós deixamos de votar, hoje (sexta), uma MP (medida provisória) para comprar vacina porque vamos ter que votar a prisão

do deputado Daniel.

Veja que absurdo para o País.

Então, infelizmente, esses setores do bolsonarismo não têm responsabilidade nem com a pauta econômica do próprio governo Bolsonaro.

I O sr. tem posições moderadas, e o deputado Arthur Lira tem posições um pouco mais próximas às do governo. Isso funciona como uma espécie de "dobradinha"?

Um fala mais com o Palácio do Planalto, e o outro com os oposicionistas?

Nós nem combinamos isso, mas acaba que, na prática, isso acontece. Eu falo pouco com o governo, nunca fui ao presidente Bolsonaro. Por outro lado, nunca o confrontei de forma desrespeitosa. Respeito a autoridade dele. E (falo com) a oposição, até por uma trajetória minha por um período de militância na esquerda. Pela minha condução com bom diálogo com eles na reforma da Previdência, vez ou outra me fazem de intermediário.

I O Estadão noticiou uma proposta em discussão na Câmara para retirar ferramentas do chamado "kit obstrução", que são instrumentos da oposição para travar o andamento de uma pauta. O senhor não acha que isso é uma forma de diminuir a democracia interna da Casa?

Nós poderíamos produzir muito mais no País, se tivéssemos alguma racionalidade no funcionamento do nosso plenário.

Nós vamos apresentá-la (uma proposta sobre o tema) no colegiado de líderes, em uma das próximas reuniões, para debater no colegiado, sentir se tem maturidade pra ela. E só registrá-la após isso. Não tem definido um prazo, a gente tem outras prioridades.

I Bolsonaro decidiu recentemente reduzir os impostos de importação para bicicletas, o que atinge as empresas da Zona Franca de Manaus. O que o sr. achou?

Isso foi um pedido pessoal do presidente. O presidente Bolsonaro, às vezes, toma algumas decisões por impulso. Ele está andando de bicicleta e alguém encontra ele e diz: "Presidente, tem que abaixar o imposto da bicicleta, bicicleta é muito caro". Aí ele vai e toma a medida.

I Como os senhores pensam em atuar nessa questão?

Nós abrimos um diálogo com o ministro Paulo Guedes,

e a bancada (do Amazonas) vai apresentar projeto para sustar a medida. O problema da bicicleta é que as pessoas querem olhar só sob a lógica do ciclista.

E elas precisam olhar sob a lógica do operário que trabalha na indústria. Se você baixa demais o imposto, inviabiliza a indústria local.

I Temos projetos avançando na Casa que afrouxam a punição no caso de improbidade e lavagem de dinheiro. Essa agenda visa minar mecanismos de controle?

Discordo. A improbidade administrativa, para ter efeitos de cassação, de perda de direitos políticos, é preciso que tenha dolo. Não dá para considerar que um prefeito que entregou um balanço fora do prazo deve ter a mesma punição de um prefeito que desviou dinheiro.

E lavagem de dinheiro não pode ser um tipo penal aberto, que cabe tudo. Isso favorece o ativismo judicial.

I Improbidade

"A improbidade administrativa, para ter efeitos de cassação, de perda de direitos políticos, é preciso que tenha dolo.

Não dá para considerar que um prefeito que entregou um balanço fora do prazo deve ter a mesma punição de um prefeito que desviou dinheiro." Marcelo Ramos VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

I Prejuízo

"Nós deixamos de votar, hoje, uma MP para comprar vacina porque vamos ter que votar a prisão do deputado Daniel. Veja que absurdo para o País. Então, infelizmente, esses setores do bolsonarismo não têm responsabilidade nem com a pauta econômica do próprio governo." Marcelo Ramos VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Silêncio presidencial dá aval para ação de grupos bolsonaristas

Vinicius Valfré / BRASÍLIA

Ao mesmo tempo que costura acordos de boa vizinhança com lideranças do Judiciário e do Congresso, o presidente Jair Bolsonaro silencia diante das ações dos extremistas de sua base política. Na última semana, manteve distância do caso de Daniel Silveira, deputado do PSL do Rio que fez ataques aos ministros do Supremo Tribunal Federal, sem impor um freio aos comportamentos antidemocráticos dos apoiadores fiéis.

A estratégia para manter a ala ideológica coesa foi seguida à risca. O silêncio de Bolsonaro não foi acompanhado nas redes sociais e no Congresso pelo seu exército, sobre o qual ele exerce plena influência. Mesmo com a Câmara mantendo a prisão de Silveira, deputados que ascenderam graças ao bolsonarismo e integram o núcleo duro do presidente partiram para cima da Suprema Corte em reação à ordem do ministro Alexandre de Moraes de prender o parlamentar em flagrante.

Carlos Jordy (PSL-RJ) chamou Moraes de "vagabundo" e cobrou postura da cúpula da Câmara contra os "ditadores" do STF. Otoni de Paula (PSC-RJ) convocou movimentos de direita contra a "ditadura da toga".

Alê Silva (PSL-MG) disse que a Suprema Corte se contradiz porque "quase morre do coração" quando alguém se refere ao Ato Institucional n.º 5 e "não se constrange" ao usar uma lei do mesmo período para aplicar a prisão.

Eduardo Bolsonaro (PSLSP), filho do presidente, defendeu o deputado preso em nome da "liberdade de expressão".

Jair Bolsonaro ignorou a crise com seu aliado ao longo da semana. Na transmissão ao vivo que faz às quintas-feiras no Palácio da Alvorada, falou por cerca de uma hora. Entre a ameaça ao presidente da Petrobrás e uma amenidade e outra, desprezou o tema. Publicamente, não defendeu Silveira contra o STF, mas também não deu orientações à sua base mais radical para que não o fizesse.

Na sessão em que a Câmara manteve a prisão de Silveira, deputados do Centrão, novos fiéis da balança

governista, abandonaram o deputado e votaram por manter a prisão. A maior parte dos discursos em defesa do parlamentar coube à mesma base ideológica que continua esticando a corda com o Supremo.

Tática. Ao longo de 11 mandatos como deputado, o ex-parlamentar Miro Teixeira tornou-se um dos mais destacados do período democrático do País.

Ele classifica Daniel Silveira como um soldado que segue à risca a tática de jogo político patrocinada pelo presidente. "Na teoria da guerra, há movimentos táticos e estratégicos. Os táticos são do momento, preparação para alcançar o objetivo estratégico.

Acho que esse deputado praticou um movimento tático dentro da estratégia do Bolsonaro, de endurecer a postura dele com relação aos Poderes." Bolsonaro evitou o choque com o outro lado da Praça dos Três Poderes. A base ideológica, por sua vez, também não cobrou reação por parte do presidente por entender que, neste momento de crises sobrepostas, a defesa de Bolsonaro a Daniel Silveira colocaria o tema impeachment de volta na agenda.

A deputada Carla Zambelli (PSL-SP), também investigada no inquérito das fake news, disse que não pediu intervenção do chefe do Planalto para livrar o colega de partido. "Finalmente, o presidente fez o que vocês da imprensa querem sempre.

Quando ele fala, ele é criticado.

Quando ele mantém o silêncio vai ser criticado também?" Exemplo. Entre governistas moderados, é a postura ambígua e o perfil conflituoso do presidente que encorajam figuras como Daniel Silveira. Há algum paralelo na trajetória de ambos.

Aos 38 anos, Silveira está no primeiro mandato. É alheio às discussões dos grandes temas nacionais e tem atuação limitada à fabricação de polêmicas.

Em 1993, Bolsonaro tinha a mesma idade. Exercia o primeiro mandato na Câmara, pelo antigo PDC, e também priorizava polêmicas. Em entrevista ao New York Times, publicada em junho daquele ano, defendia a volta da ditadura militar e dizia que só a disciplina dos quartéis poderia tirar o País da lama. Isso apenas

oito anos depois de o Brasil superar 21 anos de regime ditatorial. Em 1999, Bolsonaro foi à TV defender o fuzilamento de Fernando Henrique Cardoso, vangloriar-se por sonegar **impostos**, desprezar o poder do voto, pregar o fechamento do Congresso e dizer que o País precisava de uma guerra civil.

O teor das manifestações chegou a colocar a perda do mandato em debate na Câmara, à época presidida por Michel **Temer**.

O desfecho foi diferente do que é reservado a Daniel Silveira.

Bolsonaro se consolidou como alguém que defende a tortura e a ditadura sem qualquer censura.

E de deputado do baixo clero sem qualquer expressão alçou voo à Presidência da República.

Bolsonaro popularizou no debate público declarações com nível abaixo da média que predominava no Brasil mesmo nas grandes transições. Até em tempos de maior tensão, os termos usados nos desentendimentos públicos não costumavam descambar para ofensas gratuitas.

Em fevereiro de 1988, o presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães, recorreu às histórias em quadrinhos para criticar os donos do poder.

Em reação às pressões da caserna contra os trabalhos da Constituinte, Ulysses chamou os integrantes da Junta Militar de 1969 de "os três patetas".

A crítica de Ulysses era dirigida a ex-ministros do Exército, Aurélio de Lyra Tavares, da Marinha, Augusto Rademaker, e da Aeronáutica, Márcio Souza e Mello. O deputado provocou uma crise entre Forças Armadas, governo e Parlamento, mas sem recorrer ao baixo nível.

"Era uma reação de Ulysses, que defendia a democracia, contra os ditadores. Eram palavras duras, mas publicáveis", lembra o constituinte Teixeira.

Na época, havia especulações de militares e do próprio governo para "zerar" a Assembleia Constituinte. "Doutor" Ulysses pretendia promulgar a Constituição, no lugar da outorgada pela Junta Militar em 1969, ainda em 21 de abril de 1988. A promulgação ocorreu em 5 de outubro.

I Crítica

"Finalmente, o presidente fez o que vocês da imprensa

querem sempre. Quando ele fala, ele é criticado. Quando ele mantém o silêncio vai ser criticado também?" Carla Zambelli DEPUTADA FEDERAL

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Não é hora de aumentar imposto de itens que estão na mesa de todos"

Ainflação dos produtos vendidos nos supermercados paulistas desacelerou em janeiro para 1%, após alcançar 2,2% em dezembro, segundo o Índice de Preços dos Supermercados, calculado pela Associação Paulista de Supermercados (Apas) e a Fipe. Esse movimento, no entanto, está longe de ser um ciclo de queda de preços, na avaliação do gestor de Relações Institucionais da Apas, Rodrigo Marinheiro. Isso porque itens importantes como as carnes e os queijos, dos tipos mais comuns como muçarela, prato e minas, que já tiveram aumento de ICMS em meados de janeiro, terão novo reajuste de imposto em 1.º de abril. "Não é hora de aumentar imposto de itens que estão na mesa de todos", diz.

I Como estão os preços dos produtos vendidos nos supermercados?

Em janeiro, tiveram uma desaceleração.

Fecharam com alta de 1%, depois de terem atingindo 2,2% em dezembro. O resultado de janeiro poderia ter sido menor se não tivesse ocorrido o aumento da alíquota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) em meados do mês. Até 14 de janeiro, o ICMS das carnes estava em 4,5% e dos queijos muçarela, prato e minas em 12%. No dia 15, o ICMS da carne subiu para 4,7% e desses queijos para 13,3%. Se não tivesse tido esse aumento de imposto a alta de preço desses produtos teria sido bem menor. E, no caso da carne suína, que houve deflação, ela teria sido mais significativa.

I A desaceleração dos preços em janeiro é tendência?

No geral, está longe de ser um ciclo de queda de preços. É mais uma acomodação das cotações que tem a ver com pressão menor das exportações e também com o fim do auxílio emergencial. As pessoas já não têm mais aquele ímpeto de consumo e pensam duas vezes antes de comprar. Mas temos no horizonte uma nova rodada de aumento de **impostos** para 1.º de abril. A alíquota do ICMS sobre as carnes sobe para 5,5% e sobre os queijos, para 18%.

I Os supermercados vão repassar esse aumento de imposto para o preço?

Desde o início da pandemia estamos com margem de lucro muito pequena. Não temos como absorver tudo.

Por isso, somos contra qualquer tipo de aumento de imposto, sobretudo neste momento de tanto desemprego. Não é hora de aumentar imposto de itens que estão na mesa de todos.

I Como resolver essa questão?

Esses aumentos estão programados em decretos baixados pelo governo do Estado de São Paulo no fim de 2020.

Nós esperamos que o governo volte atrás e revogue esses decretos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Que país é este? - FERNANDO GABEIRA

FERNANDO GABEIRA

Festas clandestinas, variante do corona, vacina em falta, vacina de vento, às vezes acho que o Brasil se deixa devastar pelo vírus.

É importante compreender não só pela pandemia, mas também pela sensação de que somos muito vulneráveis diante de obstáculos futuros. O governo tem uma grande culpa na tragédia. Um estudo divulgado pela "Lancet" afirma que os erros de Trump contribuíram para 40% das mortes nos EUA.

Estudo semelhante no Brasil, certamente, mostraria que a política de Bolsonaro matou muito mais. Trump pelo menos financiou a vacina, Bolsonaro foi o único estadista no mundo a contestá-la.

Quanto ao governo, resta apenas denunciar seus erros, juntar documentos e esperar que os tribunais o julguem.

Mas há algo na própria sociedade brasileira que precisa de uma análise. Tanta gente nas festas de fim de ano, tanta gente nos bailes de carnaval clandestinos, tanta gente sem máscara, é um movimento inevitável. Por que valorizamos tanto a liberdade individual em contraste com um certo descuido pelo coletivo, pela sensação de pertencimento?

Se minha hipótese é verdadeira, não vão adiantar muito lições de moral, campanhas educativas. Elas apenas patinam na superfície do problema. No Brasil, as pessoas sentem que a cidadania traz poucas vantagens; logo, não merece nenhum tipo de sacrifício.

Ali em 2013, o grande movimento espontâneo já parecia indicar uma insatisfação com os serviços públicos que pouco devolviam aos **impostos** pagos.

No princípio da pandemia, que demandava tanta solidariedade, surgiram notícias de corrupção em diferentes estados. Respiradores comprados em casas de vinho, hospitais de campanha superfaturados; a sensação que esses fatos transmitiram era que entre os governantes reinava o lema de cada um por si.

Quando surgiu a quarentena, era evidente para todos a impossibilidade de realizá-la no exíguo espaço de algumas moradias. A orientação moral era esta: façam quarentena, inclusive para proteger os outros. Mas

fomos incapazes de oferecer uma rede de hotéis, pousadas e abrigos que pudessem ser usados para isso. Da mesma maneira, dizíamos: "Lavem as mãos". Mas fomos incapazes de pensar um esquema de abastecimento emergencial nas comunidades onde a água é rara, às vezes inexistente.

Não houve uma configuração especial no transporte público para oferecer alternativas para que circulasse mais vazio, com álcool disponível e até máscaras para quem não as tinha.

A educação e a cultura passaram a depender do mundo virtual. Mas não foi feito um grande esforço para estender a conexão de qualidade para que as crianças tivessem algumas aulas, e os adultos, alguma diversão e arte.

E nesse quadro que nossas campanhas se movem. Teríamos muito mais eficácia se houvesse mais proximidade, se as pessoas sentissem que os conselheiros também buscam soluções para atenuar a aspereza de suas vidas.

Tudo isso não impediu ações de solidariedade nos morros do Rio e uma atividade assistencial intensa em Paraisópolis, uma região que foi sacudida antes da pandemia por uma violenta ação da PM.

Mas, de um modo geral, creio, a raiz da nossa vulnerabilidade está na distância entre os dirigentes e as pessoas. Não há partidos, organizações intermediárias; os indivíduos se sentem sós e aprofundam a ilusão de uma existência isolada. Acreditam que estão arriscando apenas sua vida, mas, na verdade, levam muitas consigo.

Enquanto não nos livrarmos de um tipo de governo e buscarmos uma correção de rumos, o Brasil poderá até escapar do coronavírus, mas será sempre um país vulnerável, quase indefeso.

Talvez essas reflexões sejam mais adequadas para depois da pandemia, mas sinceramente ninguém sabe quando acabará: melhor é aceitar que o próximo desastre já começou, sem que nos déssemos conta.

No Brasil, as pessoas sentem que a cidadania traz poucas vantagens; logo, não merece nenhum tipo de sacrifício

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Bolsonaro assinará decreto que obriga posto a detalhar preço de combustível

GERALDA DOCA geraldd@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

O governo finalizou decreto para obrigar postos de gasolina a apresentarem aos consumidores o valor de **impostos** cobrados sobre combustíveis. O texto, ao qual o GLOBO teve acesso, deve ser assinado nos próximos dias pelo presidente Jair Bolsonaro.

Segundo o decreto, estabelecimentos deverão instalar painéis com valor médio regional dos produtos; preço de referência para cobrança do ICMS; valor do ICMS; valor do PIS/Cofins; e valor da Cide.

A medida já havia sido defendida por Bolsonaro na semana passada. Insatisfeito com a alta nos preços da gasolina e do diesel, o presidente tem reclamado do que considera falta de transparência na composição dos valores pagos por consumidores nas bombas.

De acordo com o texto, as regras entram em vigor 45 dias após a publicação do decreto, ainda sem data. O decreto prevê que os postos detalhem preços promocionais em caso de descontos por meio de aplicativos de fidelidade -promoção adotada pelas principais redes de combustíveis no país. Os postos deverão apresentar em painel o preço real; o promocional vinculado ao aplicativo e o valor do desconto.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Custo Bolsonaro aumenta ainda mais - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Com a intervenção na Petrobras, o custo Jair Bolsonaro subiu ainda mais. O presidente produz incertezas e ruídos continuamente, da economia à saúde, passando pela política externa e pela área ambiental. A decisão de trocar Roberto Castello Branco por Joaquim Silva e Luna no comando na petroleira, em reação aos reajustes de combustíveis, torna o cenário mais nublado para o investimento, que já sofre com o recrudescimento da pandemia, a vacinação lenta, as dúvidas sobre a sustentabilidade das contas públicas e a crônica dificuldade do país de crescer a taxas mais elevadas.

A mudança na Petrobras é o maior passo na direção do populismo dado por Bolsonaro, preocupado em evitar uma nova greve dos caminhoneiros e, como sempre, de olho nas eleições do ano que vem. Para completar, o presidente disse no sábado que mais alterações no governo vão ocorrer nesta semana, além de ter afirmado que vai "meter o dedo na energia elétrica".

O impacto negativo da interferência na Petrobras e da expectativa de intervenção no setor energético deve jogar contra a recuperação da atividade econômica, além de poder contribuir para um câmbio mais desvalorizado, num momento marcado por fortes pressões inflacionárias, devido à combinação do real enfraquecido e da disparada dos preços de commodities, como o petróleo. O risco é o Banco Central (BC) ter de elevar os juros com mais força do que se imaginava, piorando as já pouco animadoras perspectivas para o crescimento.

Coordenador de economia aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), Armando Castelar diz que a decisão de Bolsonaro obviamente aumenta a incerteza, num quadro em que a atividade já está retraída. Empresários tendem a adiar planos de expansão da capacidade produtiva num ambiente de maior indefinição, com risco de intervenção do governo na economia. "Com mais incerteza, cresce o valor de esperar para o investidor", resume Castelar. Essas dúvidas podem afetar tanto os fluxos financeiros quanto os destinados para atividades produtivas, diz o economista.

Para ele, os dois primeiros trimestres de 2021 deverão ter variações do Produto Interno Bruto (**PIB**) próximas de zero na comparação com o trimestre anterior. "Pode ser um pouco negativa no primeiro, com o fim do auxílio emergencial, e marginalmente positiva no segundo, com o retorno parcial [do auxílio], mas em termos econômicos nada significativamente diferente de zero", avalia Castelar.

Segundo ele, o Ibre/FGV projeta um crescimento de 3,6% neste ano, mas o número se deve em grande parte à herança estatística de 2020, que deve ficar em 3%. Isso significa que, se o **PIB** terminar 2021 no nível do fim do ano passado, o crescimento será de 3%.

A interferência na Petrobras pode pesar sobre o real, já mais desvalorizado do que grande parte das moedas emergentes. Castelar lembra que a eleição de Joe Biden nos EUA no fim do ano passado e as perspectivas de vacinação ao longo de 2021 contribuíram para reduzir a aversão global ao risco nos últimos meses, mas a divisa brasileira segue depreciada. Afetam o real as incertezas sobre a trajetória das contas públicas, o aumento do número de casos e mortes pela covid-19, o crescimento fraco do país desde 2014 e, para alguns analistas, o nível baixo dos juros básicos, com a Selic em 2% ao ano.

Castelar observa que a eventual opção por segurar reajustes de combustíveis complica a gestão da política monetária, já um desafio para o Banco Central (BC) hoje, por causa da combinação de **inflação** pressionada e atividade fraca. Não reajustar preços da gasolina e do óleo diesel ou reduzi-los artificialmente pode produzir um alívio de curto prazo para a **inflação**, mas diminui a transparência e tende a elevar as expectativas em relação aos índices de preços, por represar aumentos das cotações, diz ele. Isso atrapalha a vida do BC.

Bolsonaro disse no sábado que deverá promover outras mudanças no governo nesta semana. Em janeiro, ele pensou em demitir o presidente do Banco do Brasil (BB), André Brandão, pelo anúncio de um programa de demissão voluntária e do fechamento de agências, mas foi convencido a não trocá-lo naquele momento.

As decisões e declarações populistas de Bolsonaro também levantam dúvidas sobre o que vai ocorrer com

as contas públicas daqui para frente. O auxílio emergencial voltará, a princípio com valor mais baixo, para um público menos amplo e por um período mais curto, mas ainda lá incerteza sobre a adoção de medidas mais fortes de contrapartida a esses gastos, como as voltadas para conter o crescimento de despesas obrigatórias. Além disso, não está definida a compensação da isenção de **impostos** federais sobre o óleo diesel e o gás de cozinha, anunciada na semana passada por Bolsonaro. Embora a equipe econômica mostre disposição de compensar a redução de **tributos**, o presidente indicou que gostaria de baixar o PIS/Cofis incidente sobre os combustíveis sem ter de contrabalançar o efeito sobre a receita, como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), usando como justificativa a situação excepcional que o país atravessa.

As decisões de Bolsonaro evidenciam o desprestígio crescente no governo da agenda liberal do ministro da Economia, Paulo Guedes. Por um bom tempo, Guedes disse que promoveria um programa ambicioso de privatizações, capaz de levantar R\$ 1 trilhão em receitas. Era uma cifra obviamente exagerada, ainda mais porque Bolsonaro sempre descartou a ideia de privatizar a Petrobras, o Banco do Brasil (BB) e a Caixa. Não apenas não houve nenhuma venda de estatal até o momento como o governo dá sinais de que pretende controlar reajustes de preços pela Petrobras, além de sugerir que pode haver interferência no segmento de energia. Com essas atitudes, o presidente contribui ativamente para piorar o ambiente de negócios no país, ao aumentar o já elevado nível de incerteza na economia.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186699

Bolsonaro amplia incertezas ao mudar comando da Petrobras (3)

A decisão do presidente Jair Bolsonaro de demitir o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, poucos dias após garantir publicamente que não iria interferir na empresa, adiciona mais elementos de incerteza sobre o futuro da política econômica do governo.

Não se trata apenas da troca no comando da Petrobras, uma atribuição do chefe do Executivo, uma vez que a União é acionista majoritária da empresa. O problema é que a mudança aconteceu após duras críticas à política de preços que vinha sendo executada. O último aumento de 10% para a gasolina e de 15% para o óleo diesel foi considerado "excessivo" pelo presidente da República e "fora da curva", segundo afirmou a apoiaadores, na quinta-feira.

No sábado, em vídeo nas redes sociais, ele foi mais agressivo, dizendo que não era justificável um aumento de 32% no preço do diesel neste ano. "Ninguém esperava essa covardia desse reajuste agora", afirmou. Bolsonaro disse que, assim como quiseram derrubá-lo prejudicando a economia com o isolamento social durante a pandemia, "agora resolveram atacar na energia".

O escolhido por Bolsonaro para a presidência da Petrobras é o general da reserva Joaquim Silva e Luna, atual diretor-geral de Itaipu Binacional. Em entrevista à repórter Andréa Jubé, do Valor, Silva e Luna disse que a estatal tem que enxergar as questões sociais. Ele observou que o preço do diesel e da gasolina impacta toda a cadeia produtiva do país. "São considerações que têm que ser analisadas junto com o conselho (da empresa), junto com a equipe", disse.

As "questões sociais" que Bolsonaro vislumbra têm a ver com sua reeleição e com o apoio de setores que o apoiam, como o dos caminhoneiros, cuja greve em 2018 o então candidato à Presidência aplaudiu. Bolsonaro não está preocupado em entender e encontrar soluções para problemas complexos. Com a disparada dos preços do petróleo, motivada pela reativação econômica global, e o dólar valorizado em boa parte pela desconfiança sobre a situação fiscal brasileira - o câmbio, sim, é um "ponto fora da curva" - os ajustes aconteceriam de um jeito ou de outro. Não é simples encontrar uma forma de atenuar o repasse, e em 2018 colocou-se dinheiro público para subsidiar

o diesel.

Antes dos últimos aumentos do diesel e da gasolina, a Petrobras vinha sendo fustigada pelos seus concorrentes, que importam o produto, pela razão contrária: o preço fixado pela estatal estaria muito abaixo da cotação internacional, tornando inexistente a margem de venda dos importadores. O presidente primeiro decidiu bulir no ICMS, da competência do Estados, para depois reduzir por dois meses os **impostos** federais sobre o diesel e eliminá-los para o gás de cozinha. Após a substituição de Castello Branco, Bolsonaro disse que o diesel estava 15% mais caro do que deveria, ilustrando que sua fórmula pessoal de cálculo dos preços dos combustíveis é ainda mais obscura do que a da própria Petrobras.

O presidente, na prática, faz populismo com preços-ao incluir o gás de cozinha, insumo amplamente consumido pela população de baixa renda, protege-se politicamente das críticas de que sua solução beneficia apenas os caminhoneiros-e, mais ainda, as grandes empresas transportadoras de carga.

Ainda está presente na memória de todos o desastre econômico promovido pela então presidente Dilma Rousseff. Ela evitou aumentar os preços dos combustíveis para controlar a **inflação**. A Petrobras acumulou um imenso prejuízo e **distorceu** os preços relativos da economia. A contenção artificial dos preços contra a **inflação** só poderia dar errado, mas este sequer é um motivo de Bolsonaro. Em nenhum momento sequer ele usou a palavra **inflação**.

Para satisfazer parte de sua base eleitoral, Bolsonaro criou problemas de toda ordem. A substituição de Castello Branco, pelo motivo apresentado, mostra a volta da interferência do Executivo na política de preços da estatal. A perda de valor das ações decorrente prejudica os acionistas minoritários e ameaça uma rebelião de seus representantes no Conselho e muitas ações judiciais. Com Orçamento sem margens para manobras, o Bolsonaro adicionou uma conta de pelo menos mais R\$ 3 bilhões (só com o diesel) para as quais será preciso cortar gastos equivalentes, sob pena de descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em pleno processo de venda de refinarias pela Petrobras, a ação do presidente da República deixa receosos os investidores interessados e desvaloriza os ativos que irão a leilão.

Site:

https://www.valor.com.br/virador?valor_pro=1#/edition/1

86699

Por que os economistas insistem no erro (2)

Philip Stephens é editor do Financial Times e diretor do conselho editorial

Semanas atrás vi uma manchete que dizia que o FMI estava alertando contra cortes nos gastos e empréstimos públicos. A notícia me paralisou. Após mais ou menos meio século como guardião da chama sagrada da prudência fiscal, o FMI estava dizendo aos formuladores de políticas públicas dos ricos países industrializados que eles não deveriam se preocupar demasiadamente com enormes acúmulos de dívida pública durante a crise da covid-19. John Maynard Keynes tinha sido exumado e o mundo, virado de ponta-cabeça.

Que fique claro, não há nada de irresponsável na orientação do FMI de que as autoridades das economias avançadas priorizem um restabelecimento do crescimento após o choque deflacionário da pandemia. O Fundo fez uma mudança preliminar no ano passado, e a maioria das pessoas diria ser de bom senso permitir que a recuperação da economia se consolide. Países como o Reino Unido podem ter aprendido essa lição com o prejuízo infligido pelo imprudente programa de austeridade imposto pelo governo de David Cameron após o colapso financeiro de 2008.

Mas era isso mesmo. Era o FMI que falava-a consagrada (para alguns detestada) instituição que, como certamente lembram muitos britânicos, enterrou formalmente o keynesianismo quando, em 1976, obrigou o governo trabalhista da James Callaghan a impor cortes calamitosos dos gastos e de endividamento pelo governo. Essa é a organização que, desde então, dispunha de algumas respostas simples para qualquer problema econômico que pudesse ocupar a cabeça de alguém: austeridade fiscal, um Estado menor/ou liberalização do mercado. O conselho foi divulgado como Consenso de Washington em menção à localização da sede do FMI.

Minha primeira tarefa após ingressar no "Financial Times", durante o início da década de 1980, foi aprender a terminologia da nova ortodoxia econômica. Gentilmente, autoridades do Tesouro do Reino Unido me explicaram que a técnica de usar política fiscal para administrar a demanda, abandonada em 1976, tinha sido substituída por uma nova teoria. O monetarismo decretara que, desde que as autoridades mantivessem controle sobre os meios de pagamento, e portanto sobre a **inflação**, tudo estaria em perfeita ordem.

O problema era que, toda vez que o Tesouro se decidia por uma determinada medida dos meios de pagamento a ser fixada como meta - vêm à mente os grupos em que são divididos os meios de pagamento M3, PSL2 e M0 -, ela deixava de ser um instrumento confiável para enfrentar as mudanças de preços. A lei de Goodhart, assim se chamava ela, baseada no nome do economista britânico Charles Goodhart. No fim da década de 1980, o monetarismo tinha sido posto de lado e voltar as baterias para a taxa de câmbio tinha se tornado a suprema panaceia. Se a taxa de câmbio da libra esterlina fosse atrelada à do marco alemão, o Reino Unido estaria importando estabilidade da Alemanha.

Foi por volta dessa época que um graduado assessor do ministro das Finanças britânico me levou para um canto para explicar que uma das grandes habilidades do Tesouro era realizar mudanças radicais perfeitas ao mesmo tempo em que convencia o mundo de que não tinha se desviado nem um milímetro da política anterior. Isso voltou a demonstrar sua importância quando a política de câmbio foi destruída pela expulsão da libra esterlina do mecanismo de taxa de câmbio europeu, em 1992. A moeda foi rapidamente substituída por uma meta de **inflação** como uma referência infalível da política pública.

As verdades eternas que permeavam os passos em falso e as guinadas eram que os gastos públicos e as captações de empréstimos pelo governo eram ruins, que os cortes de **impostos** eram bons, e que a liberalização do mercado era o caminho para os píncaros iluminados. O desastre da saída da libra esterlina do Mecanismo de Taxa de Câmbio europeu foi seguido por um forte aperto orçamentário, e, na Europa Continental, a zona do euro foi projetada para caber em uma camisa de força fiscal.

A desregulamentação do mercado financeiro, ouvíamos, azeitava as engrenagens da globalização. Quando os lucros e bônus desenfreavam das grandes instituições financeiras provocavam inquietação, a resposta era a de que os mercados se autocorrigiriam. O governo trabalhista britânico apoiou a regulamentação "leve" na década de 2000. O Banco da Inglaterra reduziu sua supervisão da estabilidade financeira sistêmica.

O pecado permanente que entremeou tudo isso era o da certeza. Teorias perfeitamente plausíveis, mas não testadas, fossem sobre os meios de pagamento, os

saldos fiscais e os níveis de endividamento, eram guindadas ao patamar de fatos irrefutáveis. A economia, essencialmente uma disciplina fundamentada na fé, se auto-representava como uma ciência exata. O mundo real foi reduzido pela década de 1990 a um conjunto de equações matemáticas complexas que ninguém, menos ainda os políticos democraticamente eleitos, ousava contestar.

Assim desconectada da realidade, a política econômica acabou com o equilíbrio do pós-guerra entre os interesses da sociedade e os mercados. A árida econometria tomou o lugar de uma compreensão moderada da economia política. Praticamente tinha deixado de importar que as vantagens da globalização fossem abocanhadas pelos super-ricos, que os mercados tivessem se transformado em cassinos e que o fundamentalismo fiscal estivesse ampliando a disparidade social. Nada se sobrepunha às equações. E agora? Após Donald Trump, o Brexit e a covid-19, tudo indica que voltamos ao ponto de partida. É tempo de tirar a poeira na Teoria Geral de Keynes. (Tradução de Rachel Warszawski)

Philip Stephens é editor do Financial Times e diretor do conselho editorial

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186699

Onyx terá de pagar R\$ 189 mil por caixa dois da JBS

Vinícius Sassine

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, homologou na sexta (19) acordo de não persecução penal assinado entre o ministro da Secretária-geral da Presidência da República, Onyx Lorenzoni (DEM), e a Procuradoria-Geral da República. A informação foi confirmada à Folha pelo ministro.

Onyx confessou ter recebido dinheiro ilegal da empresa JBS em 2012 e 2014, como caixa dois de campanha. O valor foi R\$ 300 mil (cerca de R\$ 437 mil com correção da inflação).

Para não ser responsabilizado criminalmente, Onyx fez acordo com a PGR em que se comprometeu a pagar uma multa de R\$ 189 mil.

"Fiquei vencido, e acabou suplantada a questão da declinação [da investigação para a Justiça Eleitoral]. Então, tive de enfrentar a questão", afirmou Mello. "Não posso obrigar o Ministério Público a propor uma ação. Se ele diz que quer fazer um acordo, é preciso segui-lo." Para chegar ao valor a ser pago, a PGR adotou cálculo que considerou níveis de gravidade do crime e faixa de renda do ministro. Criou-se uma escala que vai de A a E. No caso de Onyx, a gravidade foi a mais alta (E).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

45

Na pandemia, MEC registra o menor gasto para educação básica da década

Paulo Saldana

O ano de 2020 se encerrou com o menor gasto do MEC (Ministério da Educação) em educação básica na década.

O governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) elencou a etapa como prioridade, mas o que se viu na pasta foi a redução de recursos, trocas de ministros e um maior protagonismo de pautas ideológicas.

O MEC gastou R\$ 48,2 bilhões na educação básica no ano passado. O valor é 10,2% menor do que em 2019 e o menor desde 2010.

O cenário aparece em relatório de acompanhamento da execução orçamentária do ministério realizado pelo Movimento Todos Pela Educação.

Os dados são do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) com atualização pela inflação. A pasta encerrou o exercício de 2020 com a menor dotação desde 2011, de R\$ 143,3 bilhões.

"Em plena pandemia, com milhões de alunos sem poder frequentar as escolas e diante da queda expressiva das receitas vinculadas à educação, o MEC se mostrou ausente e incapaz de exercer sua função de apoio técnico e financeiro às redes de ensino", afirma o documento.

Questionado, o MEC não respondeu.

A Folha já havia mostrado na semana passada que os investimentos da pasta, nos dois primeiros anos da atual gestão, foram os menores da década.

Enquanto o governo Bolsonaro investiu, no acumulado de 2019 e 2020, R\$ 7,2 bilhões, o investimento foi de R\$ 13,5 bilhões no mesmo período do governo anterior, de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB).

Foram R\$ 6,3 bilhões a menos nos investimentos, que são gastos direcionados à expansão da oferta de políticas públicas, como compra de equipamentos, insumos para laboratórios e obras. Não entraram na conta salários e custeio, esta última também em queda.

O relatório do Todos Pela Educação é focado na educação básica em 2020, marcado pela pandemia. Ao longo do ano, secretários de Educação cobraram o apoio do MEC para a manutenção das aulas remotas e a reabertura das escolas.

A única ação federal efetiva relacionada à Covid-19 voltada às escolas de educação básica foi o remanejamento de R\$ 672 milhões para um programa que transfere dinheiro às unidades educacionais, o chamado PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). Como comparação, esse montante não chega 15% do recurso que a educação básica perdeu no ano passado na comparação com o ano anterior.

Estados e municípios concentram as matrículas da educação básica, mas a União, com maior capacidade de arrecadação, tem a obrigação de dar suporte técnico e financeiro.

A pasta também não ofereceu, por exemplo, uma plataforma de conteúdos ou financiou a conexão de alunos pobres (com exceção de projeto voltado a estudantes de universidades e institutos federais).

"Um dos possíveis motivos para o saldo negativo na educação básica", diz o relatório, "foi a ausência de créditos extraordinários destinados especificamente para as redes de ensino enfrentarem os efeitos da pandemia".

Em 2020, o governo retirou R\$ 1,4 bilhão do MEC para financiar obras federais gerenciadas por outras pastas. Como a Folha mostrou, o impacto maior da medida foi na educação básica e ensino profissional.

A presidente do Todos Pela Educação, Priscila Cruz, diz que, além da ausência durante a pandemia do coronavírus, houve um prejuízo em políticas estruturantes. Ela cita o esvaziamento de apoio à expansão de escolas de tempo integral, à reforma do ensino médio e à implementação da Base Nacional Comum Curricular.

"Continuidade não é capricho, é exigência para que os resultados aconteçam", diz. "Esse tipo de ruptura é como um efeito dominó para trás. Somado à pandemia, o governo está provocando uma tempestade perfeita para a educação básica."

Para Cruz, apenas com uma mudança na configuração de lideranças do ministério haverá condições de melhorar o quadro.

"É um misto de omissão, inépcia, completo descaso, e que vem acompanhado de outra observação", diz. "Os esforços do MEC não estão voltados para a melhoria da educação básica, mas para o uso ideológico da máquina estatal naquilo que chamam de "revolução cultural"."

O filho do presidente e deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) chegou a ressaltar que o principal papel do ex-ministro Abraham Weintraub era o de líder nesse combate contra temas considerados de esquerda.

Weintraub acumulou polêmicas ideológicas -o que já havia sido a marca de seu antecessor no governo, Ricardo Vélez Rodriguez.

Figuram com destaque na agenda do MEC a expansão de escolas cívico-militares, modelo questionado e ainda com baixo impacto na etapa como um todo, a educação domiciliar e, no ensino superior, tentativas de reduzir a autonomia das universidades federais na escolha dos reitores.

O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), ligado ao MEC, constituiu em 2019 uma comissão para fazer uma triagem ideológica de questões do Enem. As duas edições do exame sob Bolsonaro ignoraram a ditadura militar em suas questões, o que não acontecia desde 2009.

Questões censuradas nunca foram divulgadas, mas parecer da comissão mostra que foi sugerido a troca do termo "ditadura" por "regime militar" em um item da área de Linguagens. O parecer foi divulgado pelo jornal O Globo e confirmado pela Folha.

O MEC lançou neste mês, já com Milton Ribeiro como titular da pasta, um novo edital para a aquisição de livros didáticos em que retira como critério de exclusão de obras aquelas que não contemplarem a "agenda da não violência contra a mulher" e a temática de gênero igualitária, "inclusive no que diz respeito à homo e transfobia". Esses critérios de exclusão estavam na última versão do edital, de 2019.

O atual, também voltado aos anos iniciais do ensino fundamental, não trata da questão de gênero e só fala de forma genérica em respeito a todos os brasileiros, "homens e mulheres" de diferentes matrizes culturais. Além disso, o desrespeito a esses princípios não é mais passível de desclassificação.

O MEC e o Inep também não responderam os questionamentos da reportagem sobre o Enem e o

edital do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático).

Fuvest indaga na redação se mundo está fora da ordem

A segunda fase da Fuvest começou neste domingo (21) com a prova de português e a redação.

No exame que seleciona os postulantes a vagas na USR os candidatos tiveram que dissertar sobre o tema "O mundo contemporâneo está fora da ordem?" Cinco textos de apoio foram apresentados para acompanhar a proposta.

Aprova teve abstenção de 7,69% em relação aos 33.315 convocados, índice compatível com a média histórica.

Para a professora Maria Aparecida Custódio, do laboratório de redação do curso Objetivo, os candidatos tiveram a oportunidade de abordar aspectos do mundo contemporâneo como questões políticas, sociais e ambientais.

Entre os 33.315 convocados para a segunda fase, 21.262 disputam vagas de ampla concorrência e outros 12.053, as de ações afirmativas, como as para egressos da escola pública.

Site:

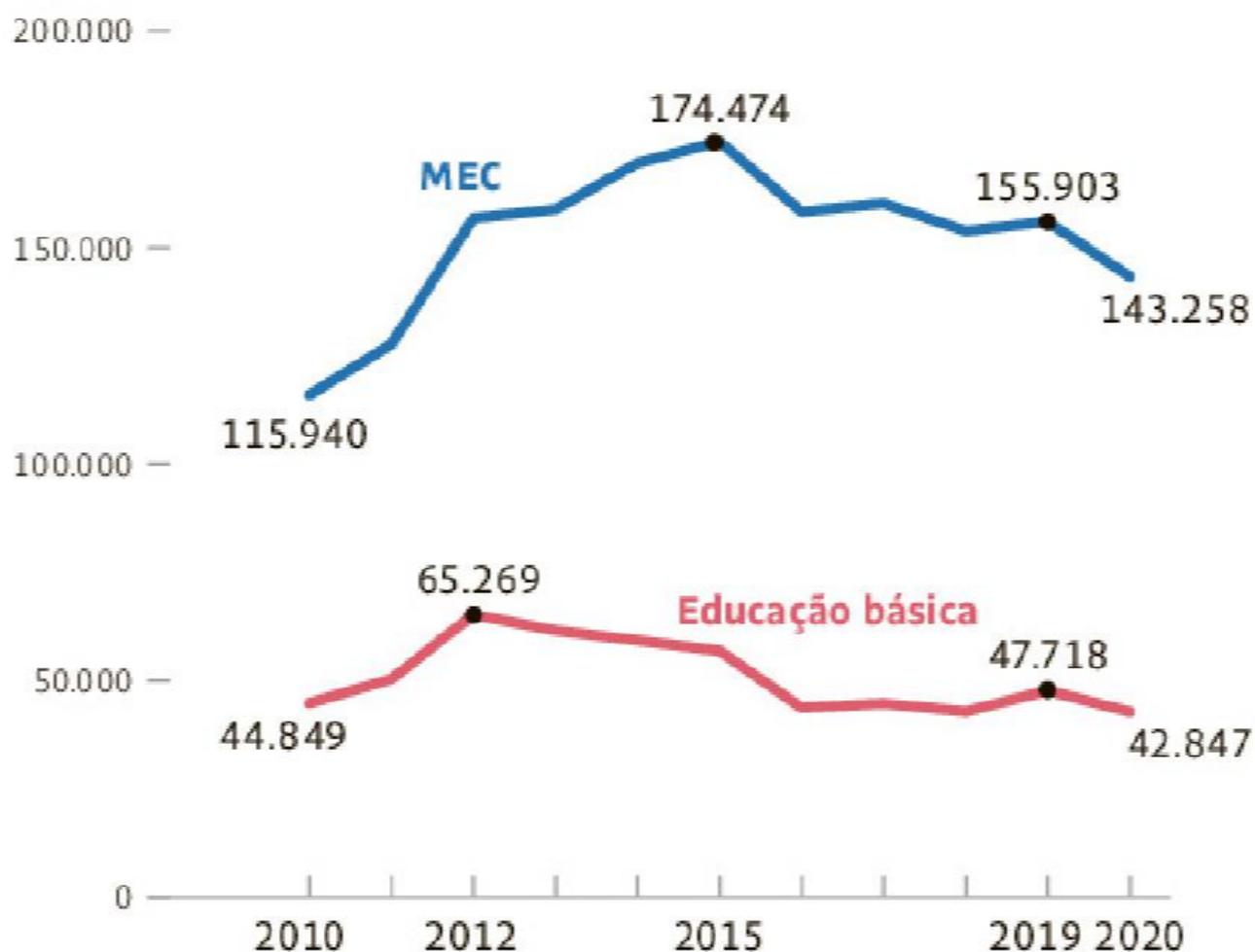
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49445>

Menos recursos

Ministério da Educação encerrou 2020 com o menor orçamento e a menor execução da década na educação básica

MEC e despesas com educação básica

Em milhões; valores atualizados (IPCA)



Fonte: Tesouro Nacional, tabulado por Movimento Todos pela Educação

Auxílio testa sensatez do Congresso (3)

A semana começa com a perspectiva de votação no Congresso de um novo auxílio emergencial para atenuar os efeitos sociais provocados pelo recrudescimento da pandemia. Uma reunião na quinta-feira selou um acordo sobre a extensão do benefício entre Legislativo e Executivo. O primeiro estava representado pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). O segundo, pelos ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos. Agora se saberá, com Congresso sob nova gestão, o nível de controle que o Planalto tem sobre a agenda parlamentar.

A ideia do acordo é limitar o novo auxílio a quem tenha renda familiar de até R\$ 600. Beneficiaria algo como 40 milhões de brasileiros, bem menos que no ano passado, quando mais de 68 milhões o receberam. O governo promete concentrar o foco nos mais necessitados, como já deveria ter feito em 2020. Caso o valor seja fixado em R\$ 250 mensais, por quatro meses, como propõe o Ministério da Economia, o custo para os cofres públicos ficaria em torno de R\$ 30 bilhões, compensados, em princípio, pela extensão do congelamento do reajuste do funcionalismo, que vigorou em 2020 como contrapartida da ajuda concedida pela União a estados e municípios.

A engenharia legislativa para aprovar o auxílio envolveria a inclusão de uma cláusula de calamidade na PEC Emergencial, como ocorreu no ano passado com o Orçamento de Guerra, para que as despesas possam feitas à margem do teto dos gastos. A PEC Emergencial, que cria gatilhos para conter gastos públicos que ultrapassem limites predefinidos, poderia ainda vir a ser fundida com uma outra que também tramita no Senado, a do Pacto Federativo, destinada a distribuir melhor os recursos na Federação e a rever certas regras de vinculações orçamentárias que amarram o administrador público. É clara a intenção do governo de, ao mesmo tempo que estende o auxílio, implementar ações de controle fiscal.

Há riscos de duas naturezas em toda a operação. O primeiro é a inevitável bondade do Congresso, que da última vez elevou um benefício inicialmente estipulado em R\$ 200 para R\$ 500, depois aumentados para R\$ 600 por uma canetada do presidente Jair Bolsonaro. A medida era necessária, como agora, mas saiu mais caro do que era preciso. Beneficiou quem não deveria e custou mais de R\$ 300 bilhões aos cofres públicos, contribuindo para um salto na dívida pública até perto de 90% do **PIB**.

O segundo risco é a força dos lobbies corporativos que tentam evitar as medidas compensatórias, rejeitadas em particular pelo funcionalismo. Efeitos dos gatilhos da PEC Emergencial, como suspensão de concursos, redução de salários e jornadas, são cruciais para cumprir o espírito da Lei de Responsabilidade Fiscal, manietada depois de uma decisão desastrosa do Supremo.

Novamente, se o Congresso se render à pressão para abrir exceções, será inevitável o estouro do teto de gastos e um novo salto no endividamento. O preço que pagaremos por isso no futuro será altíssimo. No setor privado, houve redução de salários, jornadas e ondas de demissões, levando a índices recordes de desocupação e desalento. O setor público também precisa comparecer com sua cota de sacrifício para que o país consiga levar mais dinheiro a quem realmente necessita.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>